



DOCUMENTO DE POLÍTICAS DA HABITAT III

3 – POLÍTICAS URBANAS NACIONAIS

29 de fevereiro de 2016

(versão não editada)





Esse Documento de Políticas da Habitat III foi preparado pelos membros da Unidade de Políticas nº3 e submetido no dia 29 de fevereiro de 2016, seguindo o modelo de Documento de Políticas fornecido pelo Secretariado da Habitat III.

As Unidades de Políticas da Habitat III são co-lideradas por duas organizações internacionais e compostas por no máximo 20 especialistas, reunindo diferentes profissionais de diversas áreas, incluindo academia, governo, sociedade civil e outros órgãos regionais e internacionais.

A composição da Unidade de Políticas nº3 e a Estrutura de Documentos de Políticas pode ser consultada no site www.habitat3.org.





RESUMO EXECUTIVO

Uma Política Urbana Nacional é tanto um processo como um resultado que aproveita o dinamismo das cidades e da urbanização. A urbanização apresenta oportunidades sem precedentes, mas também desafios substanciais. Os Governos e outras partes interessadas devem estar bem preparados e possuir arcabouços para o desenvolvimento urbano local. Uma Política Urbana Nacional complementa e reforça, em vez de replicar políticas urbanas locais. Também ajuda a alinhar as atividades nacionais com as prioridades globais. Uma Política Urbana Nacional estabelece os princípios a partir dos quais as intervenções das políticas urbanas são formuladas e sua implementação é realizada. Resultados dependem de uma estratégia clara e coordenação eficaz entre as políticas que afetam preocupações territoriais nacionais em todo o *continuum* urbano-rural, e nas escalas metropolitana, regional e supranacional.

Este documento de políticas descreve as principais questões e recomendações relativas ao desenvolvimento, implementação, monitoramento e avaliação de uma Política Urbana Nacional como um meio para alcançar a Nova Agenda Urbana. Com base nos Documentos Temáticos da Habitat III, em extensas revisões da literatura, no insumo dos especialistas da Unidade nº3, bem como na revisão de insumos dos Estados-Membro e demais atores acreditados no processo Habitat III, o documento elabora e reitera o uso de uma Política Urbana Nacional como um meio de assegurar a agenda de desenvolvimento sustentável pós-2030.

Por definição, uma Política Urbana Nacional toca em todos os aspectos da Nova Agenda Urbana, mas este documento dá especial atenção às questões dos desafios das políticas (Seção Dois), às prioridades das políticas (Seção Três), aos principais atores (Seção Quatro) e ao desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas (Seção Cinco). Para produzir este documento, o Grupo de Especialistas reuniu-se em Paris, em Incheon e em Londres.

O documento identifica uma série de desafios. Por exemplo, ele argumenta que na fase inicial é importante estabelecer a necessidade e a própria construção de uma vontade política e social para desenvolver e implementar uma Política Urbana Nacional. Em alguns contextos, as políticas que promovem a urbanização não conseguem encontrar apoio porque a urbanização é vista principalmente como um problema e não como uma oportunidade para aumentar a qualidade de vida, a prosperidade econômica e o bem-estar. Este medo da urbanização torna-se muitas vezes uma profecia autorrealizável: a falta de vontade de se envolver em uma preparação ativa normalmente não impede a urbanização, mas aumenta substancialmente o risco de fomentar um mau funcionamento das cidades. Na fase de concepção de uma Política Urbana Nacional outros desafios identificados incluem: articular objetivos partilhados, definir o escopo da política, manter a flexibilidade e a previsibilidade, alcançar a coordenação entre as políticas setoriais, desenhar a governança do processo, e equilibrar abordagens *top-down* e *bottom-up*. Além disso, tanto para o planejamento quanto para o monitoramento, a coleta de dados legítimos e robustos para fornecer





uma base de evidências é um grande constrangimento. Finalmente, deve-se reconhecer que uma Política Urbana Nacional representa tanto um processo técnico quanto político, e que a combinação da força técnica com o compromisso político e apoio das partes interessadas é necessária para torná-la transformadora.

Uma Política Urbana Nacional bem-sucedida deve gerar resultados transformadores em termos de como diferentes níveis de governo trabalham em conjunto para desenvolver, implementar, monitorar e avaliar as políticas para uma urbanização sustentável. Mais especificamente, uma Política Urbana Nacional pode reforçar o alinhamento das políticas nacionais e locais que afetam o desenvolvimento urbano; capacitar as autoridades e as comunidades locais, organizações populares, líderes sociais e tradicionais, movimentos feministas e da sociedade civil em geral; promover dividendos urbanos compartilhados por todo o território e atores, aumentar o investimento em zonas urbanas melhorando o ambiente de negócios; e promover a cooperação e colaboração entre as diferentes jurisdições, para por exemplo superar a fragmentação metropolitana. Como objetivo final, uma Política Urbana Nacional pode melhorar a qualidade de vida urbana e o bem-estar. Para alcançar tais transformações, além da Política Urbana Nacional em si, o processo através do qual é alcançado é importante.

A Seção Três propõe os critérios para definir prioridades de políticas e estabelece as prioridades para uma Política Urbana Nacional. Um governo nacional irá identificar as suas próprias prioridades nacionais através de um processo de Política Urbana Nacional, no entanto existem questões urbanas de interesse internacional comuns, incluindo o combate à pobreza urbana, promovendo a igualdade de oportunidades, estruturando os sistemas urbanos e a conectividade entre as cidades para apoiar o desenvolvimento sustentável, facilitando políticas urbanas e governança à escala metropolitana, promovendo interligações entre o espaço urbano e rural, etc.

Na Seção Três, este documento de políticas também propõe os seguintes objetivos: 1) até 2020, dois terços dos países membros terão iniciado o processo de desenvolvimento de uma Política Urbana Nacional, ou em processo de revisão do arcabouço existente; 2) até 2025, metade dos países membros terão formulado e iniciado a implementação de uma Política Urbana Nacional; e 3) até 2030, um terço dos países membros terão monitorado e avaliado a sua Política Urbana Nacional. Além disso, para todas as Políticas Urbanas Nacionais iniciadas, o documento recomenda: (i) mecanismos de participação das partes interessadas incluídas no processo de desenvolvimento de uma Política Urbana Nacional; e (ii) um mecanismo institucionalizado que assegure a coordenação das políticas nacionais que afetam materialmente as cidades.

A Seção Quatro discute atores fundamentais para participação no processo da Política Urbana Nacional. A seção destaca os principais intervenientes, internos e externos, que devem estar no processo de Política Urbana Nacional. No entanto, a seção está ciente de que as abordagens para o desenvolvimento da Política Urbana Nacional serão diferentes e os governos devem considerar uma abordagem que responda às necessidades das pessoas. Neste sentido, os principais intervenientes





também são variados e representam os interesses dos grupos a que pertencem. Finalmente, a seção considera processos essenciais, como o reforço das capacidades e a sensibilização, importantes para a construção de um ambiente propício para a criação da Política Urbana Nacional e, além disso, que irão contribuir para a realização da Nova Agenda Urbana.

A Seção Cinco reconhece que para a implementação bem-sucedida, uma Política Urbana Nacional precisa ser legitimada, baseada em um marco legal, integrado e acionável, monitorado de forma eficaz, e apoiada por mecanismos que assegurem a continuidade e ao mesmo tempo permitam o ajuste necessário. Este documento de políticas recomenda as seguintes oito ações tangíveis: 1) estabelecer um consenso técnico e político sobre uma Política Urbana Nacional, incluindo o objetivo, o valor agregado, o conteúdo e abrangência, e o horizonte temporal; 2) envolver todos os principais atores interessados no início do processo da Política Urbana Nacional; 3) criar uma visão/estratégia nacional e compartilhada para políticas urbanas, com objetivos claros, metas, instituições responsáveis e mecanismos de implementação e monitoramento; 4) rever e ajustar marcos legais, institucionais e fiscais existentes na esfera nacional, bem como diretrizes para todos os setores, à luz da estratégia urbana acordada; 5) maximizar o uso da tecnologia para ajudar a tomada de decisões baseada em evidências; 6) estabelecer um mecanismo participativo para facilitar o diálogo de políticas entre os níveis nacional e subnacional, bem como entre os atores estatais e não estatais; 7) estabelecer um mecanismo global – como um painel intergovernamental – para estimular pesquisa relevante relacionada para apoiar as Políticas Urbanas Nacionais e a implementação da Nova Agenda Urbana; e 8) promover capacitação (humana, institucional, financeira e técnica) em todos os níveis de governo.

4

A Seção Cinco também recomenda que os arcabouços de Política Urbana Nacional sejam monitorados e avaliados de forma eficaz. Este documento sugere que o monitoramento dos resultados possa estar ligado ao sistema de informes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pois a maioria das metas referentes ao tema devem provavelmente estar relacionadas com as metas dos ODS. A concepção e a implementação bem-sucedidas de uma Política Urbana Nacional podem ser monitoradas e avaliadas no contexto de identificar a mesma responde a objetivos definidos nacionalmente, a curto, médio e longo prazo, e se a visão da Política Urbana Nacional está integrada em programas e políticas setoriais. Ao desenvolver indicadores para o monitoramento e avaliação, deve ser considerada a mensurabilidade através do acesso a bases de dados adequadas que permitam a comparação com um cenário de base, assim como devem ser considerados o uso de monitoramento e de técnicas de avaliação participativas.

Como conclusões, este documento apresenta recomendações chave do painel de especialistas para a inclusão na Versão Zero (*Zero Draft*) da Nova Agenda Urbana. As recomendações sobre a Política Urbana Nacional são: construir acordos internacionais; adotar formatos institucionais flexíveis; fomentar liderança para a condução de uma Política Urbana Nacional; promover o compromisso inclusivo e equitativo no processo de desenvolvimento de uma Política Urbana Nacional; abordar a sustentabilidade e a resiliência através de um planejamento a longo prazo; assegurar uma ação





coordenada; identificar as questões prioritárias em todas as escalas; reforçar a capacidade política para o desenvolvimento e a implementação de políticas; adotar e implementar um plano de comunicação eficaz para a Política Urbana Nacional; e fortalecer a base de evidências através de melhores dados.





1. VISÃO E ESTRUTURA DA CONTRIBUIÇÃO DO DOCUMENTO DE POLÍTICAS PARA NOVA AGENDA URBANA

1.1. Uma Política Urbana Nacional

Estima-se que a população urbana global terá aumentado de menos de 1 bilhão em 1950 para cerca de 6 bilhões até 2050, e para cerca de 9 bilhões até 2100, o que corresponde a cerca de 85 por cento do total da população projetada. Este crescimento requer uma política coordenada para gerir e orientar os padrões futuros de urbanização. A geografia da urbanização também está mudando. Na maioria dos países europeus, norte americanos e do leste asiático, a urbanização é significativamente estabelecida em cidades e infraestruturas existentes, com alguns países enfrentando mesmo o declínio da população e o encolhimento das cidades. Em grande contraste, os países em desenvolvimento e emergentes têm uma oportunidade sem precedentes para garantir que os seus processos de rápida urbanização resultem em cidades com bom funcionamento e ambientalmente sustentáveis.

Uma Política Urbana Nacional é capaz de estabelecer a ligação entre a dinâmica da urbanização, a dinâmica demográfica e o processo mais geral de desenvolvimento nacional. Pode ajudar a aproveitar os benefícios da urbanização enquanto responde aos seus desafios através do desenvolvimento de uma visão muito mais ampla e transversal de uma paisagem urbana. Uma Política Urbana Nacional se destina a alcançar melhores resultados urbanos, em primeiro lugar, através do esforço de alinhamento das políticas setoriais que afetam áreas urbanas e, em segundo lugar, através do desenvolvimento de um ambiente institucional. Assim, uma Política Urbana Nacional complementa em vez de substituir políticas urbanas locais, abrange a urbanização através do espaço físico, conecta áreas urbanas, periurbanas e rurais, e ajuda os governos a enfrentarem desafios, tais como a integração e a mudança climática através das estruturas da política de desenvolvimento nacional e local.

6

1.2. Como uma Política Urbana Nacional pode contribuir para normas e estruturas globais, e a implementação de uma Nova Agenda Urbana

A Política Urbana Nacional toca, e é relevante para muitos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente o ODS 11 sobre cidades, o ODS 6 sobre saneamento e o ODS 8 sobre desenvolvimento econômico. De fato, a maioria dos ODS possuem dimensões urbanas evidentes e não podem ser alcançados sem abordar o que acontece em áreas urbanas. Devido a esta relevância generalizada, uma Política Urbana Nacional deve constituir uma parte importante de qualquer tentativa séria de implementação dos ODS e deve tornar-se um instrumento-chave para medir a concretização dos ODS.

As cidades também devem estar no centro das ações para combater as mudanças climáticas. Com uma maioria crescente das populações vivendo em cidades, elas serão o lugar decisivo para a





redução das emissões de carbono a níveis sustentáveis. As cidades também irão suportar o peso dos riscos e desastres relacionados com o clima. Para responder a estes desafios serão necessários mecanismos de coordenação e alinhamento entre os diferentes níveis do governo na concepção, implementação, monitoramento e avaliação das políticas climáticas a nível municipal. Neste sentido, uma Política Urbana Nacional pode ser um instrumento-chave para coordenar as políticas climáticas nacionais e locais para a implementação do Acordo de Paris alcançado na COP21.

Finalmente, uma Política Urbana Nacional tem o poder de moldar a urbanização e, assim, contribuir para o desenvolvimento de cidades produtivas e prósperas. A implementação da Nova Agenda Urbana não só exigirá o envolvimento das cidades, mas também várias formas de apoio dos governos nacionais (e em certos contextos regionais). Este apoio não será suficientemente eficaz sem uma visão estratégica e um claro arcabouço político nacional. Consequentemente, uma Política Urbana Nacional deve ser reconhecida como uma alavanca fundamental para a implementação da Nova Agenda Urbana.

1.3. A preparação do Documento de Políticas da Política Urbana Nacional

Este documento de políticas foi elaborado por especialistas selecionados através do processo Habitat III e atribuído à Unidade de Políticas 3 sobre Políticas Urbanas Nacionais. Os especialistas prepararam e contribuíram através de duas Reuniões de Grupo de Especialistas (Paris, França em novembro e Incheon, Coreia do Sul, em dezembro de 2015), uma oficina de redação (Londres, Reino Unido em fevereiro de 2016) e reuniões virtuais adicionais. O documento descreve as considerações políticas fundamentais para o desenvolvimento, implementação, monitoramento e avaliação de uma Política Urbana Nacional. O documento está estruturado em torno de quatro temas, nomeadamente: i) desafios; ii) prioridades; iii) atores; e iv) implementação. Cada uma destas quatro secções oferece ações e atividades a serem consideradas. Seguindo a orientação do Modelo do Documento de Políticas apresentado pelo Secretariado Habitat III e a revisão dos 22 Documentos Temáticos da Habitat III, as conclusões e as recomendações são baseadas em ideias e discussões entre os especialistas da Unidade de Políticas nº3 da Habitat III, principais publicações sobre Política Urbana Nacional, e exemplos de países.





2. DESAFIOS DAS POLÍTICAS

A urbanização mundial apresenta tanto desafios como oportunidades para os líderes locais e nacionais em todo o mundo. Quer se trate de um rápido aumento ou perda da população, da expansão (sub)urbana, da desindustrialização, das alterações climáticas, da polarização social, do encolhimento das cidades e/ou outros desafios urbanos, é evidente que as cidades tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento, precisam de planos para promover a sustentabilidade e resiliência. A chave para a urbanização sustentável é a coordenação das políticas que orientam e apoiam as cidades a gerir futuros padrões de urbanização.

A Política Urbana Nacional deve enfrentar e coordenar respostas aos complexos desafios urbanos e sociais que são multifacetados nas causas e resistentes à resolução, incluindo a pobreza urbana, a segurança, os recursos ambientais, etc. Isto em si é um desafio para a Política Urbana Nacional.

A seção irá identificar doze principais desafios das políticas que devem ser considerados no desenvolvimento, implementação, monitoramento e avaliação da Política Urbana Nacional: governança, inclusão, migração, acesso à terra, interligações entre o espaço urbano e rural, o espaço público/cívico, o desenvolvimento econômico local, habitação e o setor informal, infraestrutura, resiliência, ordenamento do território e urbanismo. A Política Urbana Nacional mais impactante complementa, em vez de substituir, as políticas urbanas locais ao abraçar a urbanização através do espaço físico, conectando áreas urbanas, periurbanas e rurais, e ajudando os governos a enfrentar esses desafios por meio de arcabouços de política nacionais e locais. Ao longo dos próximos 20 anos, o papel crítico dos governos nacionais e subnacionais enquanto promotores de urbanização sustentável e resiliente não pode ser superestimado.

8

2.1. Governança e uma Política Urbana Nacional

Em países de todo o mundo, os líderes estão enfrentando transformações urbanas. Países desenvolvidos e em desenvolvimento têm oportunidades sem precedentes para garantir que os processos de urbanização resultem em cidades com bom funcionamento e ambientalmente sustentáveis. Estas oportunidades irão aumentar ou diminuir de acordo com a forma como os líderes abordarem os processos, as regras, as regulamentações governamentais e as finanças.

Em primeiro lugar, entre os desafios do processo de governança, encontra-se saber se existe uma governança legítima e lideranças confiáveis. Em casos onde a liderança não conta com o consentimento público, as decisões são muitas vezes debilitadas. Cidadãos, e outros líderes, frequentemente questionam ou contestam as políticas urbanas não fundamentadas nestes princípios.

Um corolário é o compartilhamento de linguagem e entendimento comuns. Traduções ou interpretações defeituosas inclinam ou desviam a atenção de opções políticas críticas. Em seguida,





está o estabelecimento da necessidade de uma Política Urbana Nacional, definindo o escopo, articulando objetivos, e construindo o apoio de forma transparente e inclusiva. Peneirar interesses concorrentes pode ser demorado e às vezes frustrante; no entanto, sem construir uma base sólida, baseada no diálogo e na parceria entre diferentes níveis de governo e outras partes interessadas, a eficiência, a equidade e a eficácia sofrem a longo prazo. Em muitas partes do mundo, as políticas urbanas são geralmente consideradas como sendo da responsabilidade dos governos. É crítico redefinir o papel proativo dos governos nacionais para fortalecer o diálogo e a colaboração com os governos locais e outros atores na promoção da urbanização sustentável e na revitalização de cidades em dificuldades.

Uma Política Urbana Nacional deve contemplar a complexidade e a flexibilidade. O ambiente de políticas é complexo, portanto as políticas que têm apoio político e administrativo fraco, ou sem coordenação entre processos *top-down* e *bottom-up*, falham muitas vezes devido à confiança e apoio insuficientes. A tomada de decisão fragmentada também complica a urbanização, especialmente nas grandes áreas metropolitanas.

A presença ou a ausência de dados legítimos e robustos a nível nacional e local, bem como o grau e a qualidade do monitoramento e da avaliação desta informação, pode fazer avançar ou atrapalhar a urbanização. O interesse crescente em cidades inteligentes (*smart cities*) e a subsequente disponibilidade de dados apresenta novas oportunidades para os líderes urbanos. As tensões entre os processos técnicos e políticos elevam barreiras para os líderes de forma nunca vista anteriormente. Uma Política Urbana Nacional do século XXI deve reconhecer estes desafios e responder de forma deliberada.

A governança vai além dos processos individuais, com regras e regulamentações que servem para realizar ideias-chave e objetivos. As regras e regulamentações que procuram desenvolver e implementar uma Política Urbana Nacional, mas que são elaboradas em um processo opaco ou fechado, podem ser problemáticas. A aplicação desigual ou seletiva de uma Política Urbana Nacional também irá complicar a gestão da urbanização. Uma Política Urbana Nacional ineficaz surge quando um governo demonstra um interesse inadequado no desenvolvimento de um processo de consulta, com revisões periódicas e atualizações de regras e regulamentações, bem como na coordenação horizontal e vertical de planos, programas e regulamentações.

O monitoramento do desenvolvimento não é muitas vezes devidamente instituído em áreas urbanas devido à insuficiência de recursos, que incluem os recursos humanos e os recursos do sistema. Além disso, muitos governos locais e instituições baseadas em áreas urbanas e rurais não têm competência para realizar esta função.

Outro componente da governança é o financiamento. A falta de recursos financeiros adequados a nível nacional e subnacional dificulta o potencial para uma melhor gestão da urbanização. A forma como esses recursos são criados e atribuídos também pode comprometer a eficácia das políticas





urbanas. Sistemas de financiamento público ineficientes, ineficazes e desiguais a nível local ou nacional perturbam a gestão da urbanização e do desenvolvimento, implementação, monitoramento e avaliação de uma Política Urbana Nacional.

2.2. Política Urbana Nacional Inclusiva

Os líderes são frequentemente confrontados com os desafios da inclusão. Uma Política Urbana Nacional que desencoraja os processos que são abertos e acessíveis a comunidades é passível de ser contestada a longo prazo. Além disso, os líderes devem considerar a etnia, cultura, raça, religião, classe, orientação sexual e outras diferenças entre as pessoas. A incapacidade de identificar e construir um consenso sobre estas questões tem sido historicamente um prejuízo para a urbanização sustentável. Uma Política Urbana Nacional tem a oportunidade de construir e de institucionalizar processos de políticas participativas e inclusivas.

2.3. Abordar a Migração na Política Urbana Nacional

De um modo semelhante, as migrações em todo o mundo aumentam a complicação para as políticas de urbanização. Cidades e países são cada vez mais afetados por conflitos e lutas internas ou externas. Ignorar os impactos da migração pode resultar em um aumento da violência e outros males sociais, especialmente contra mulheres e crianças. Criar oportunidades para aceitação sem perder a cultura existente é o desafio do século XXI. Desafios adicionais de migração incluem a exclusão de migrantes dos serviços básicos e processos de tomada de decisões políticas. Isto tem um impacto negativo tanto no bem-estar dos migrantes como no desenvolvimento socioeconômico sustentável das zonas urbanas. Uma Política Urbana Nacional pode coordenar com as políticas de migração a fim de incluir os migrantes nas decisões políticas e de facilitar a proteção dos direitos dos trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, e a implementação de leis e políticas não discriminatórias.

2.4 Assegurar o Acesso à Terra e a Disponibilidade através de uma Política Urbana Nacional

Em muitos casos, a crescente urbanização e a governança urbana caótica elevaram o custo e reduziram a disponibilidade de território nas cidades, principalmente para os grupos vulneráveis. A ausência de um sistema transparente de regulação territorial enfraquece a democracia e corrói a possibilidade de realizar o direito à habitação. Sem planos para garantir terra disponível suficiente para desenvolvimento e conservação, os custos de habitação, e empreendimentos comerciais e outros elevam-se sensivelmente e frustram a urbanização inclusiva. A regulamentação territorial inadequada e inapropriada, os planos ineficazes e a ausência de políticas e programas adequados criam estrangulamentos para a geração justa e equitativa do uso do solo na cidade. Os mercados territoriais urbanos disfuncionais sufocam a oportunidade, tornam o investimento em infraestruturas complicado, distorcem a prestação de serviços e criam assentamentos urbanos insustentáveis.





2.5 Política Urbana Nacional e Planejamento do Uso do Território

O planejamento territorial (ou espacial) é necessário para o desenvolvimento urbano sustentável. No entanto, muitos países em desenvolvimento não dão prioridade a esta função. Por vezes isto leva a um desenvolvimento territorial informal e/ou à expansão (sub)urbana.

Uma Política Urbana Nacional deve enfatizar a necessidade do planejamento do território e do fortalecimento dos governos locais para garantir uma gestão eficiente do uso do território (variando, isto é, a partir de esquemas de planejamento gerais, intercalando planos de uso do solo aos planos de bairro detalhados). Planos e políticas de infraestruturas nacionais devem complementar outras políticas urbanas. Planos Nacionais de Desenvolvimento Territoriais compreensivos podem proporcionar uma oportunidade para promover ambientes urbanos de qualidade.

2.6 Uma Política Urbana Nacional que Fortalece Interligações entre o espaço urbano e rural

A crescente urbanização pode e deve proporcionar uma oportunidade ideal para enfrentar áreas periurbanas e rurais e os seus desafios. As cidades e áreas urbanas não existem num vácuo. Uma Política Urbana Nacional deve ter em conta a interdependência entre as áreas urbanas, periurbanas e rurais. As áreas rurais devem ser reconhecidas dentro das áreas urbanas funcionais, no entanto, a importância das ligações com o rural vai além das áreas urbanas funcionais. As políticas têm de abordar esta questão, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de infraestruturas e gestão dos serviços ecossistêmicos (terra e água, em particular). Além disso, os países se urbanizando rapidamente precisam entender em que medida a urbanização é conduzida por fatores impulsionadores rurais em vez de urbanos, uma vez que isto tem implicações para as dinâmicas econômicas de aglomeração; a aglomeração ineficiente pode resultar na condução das pessoas para as cidades por oportunidades de segurança ou de consumo, em vez de por oportunidades produtivas. As políticas de desenvolvimento rural, no entanto, são muitas vezes distintas das Políticas Urbanas Nacionais e, portanto, precisam ser consideradas incorporadas a elas.

Uma Política Urbana Nacional não é uma política setorial e não deve ser vista como estando em contradição com "políticas rurais". Ignorar as preocupações periurbanas e rurais pode enfraquecer o apoio público para uma Política Urbana Nacional.

2.7 Garantir a Qualidade do Espaço Público/Cívico através de uma Política Urbana Nacional

A urbanização sustentável se baseia na necessidade de espaço público/cívico de qualidade. Enquanto os planos e programas locais promovem muitas vezes a inclusão do espaço público/cívico em desenvolvimentos e comunidades, uma Política Urbana Nacional pode vincular esses lugares e focar no desenvolvimento para tirar partido dos benefícios de um ambiente de elevada qualidade. É importante que uma Política Urbana Nacional forneça recomendações políticas claras sobre a criação, a proteção e a gestão dos espaços públicos como um meio para gerar riqueza, melhorar o





bem-estar e promover a produtividade urbana. A provisão de espaço público/cívico pode ser complicada devido à oferta insuficiente, à propriedade pouco clara, à disponibilidade ou acessibilidade insuficiente, à localização inadequada e à má qualidade da localização ou dos recursos. Uma abordagem de gênero pode ser usada para compreender as necessidades das mulheres e meninas em espaços públicos/cívicos.

2.8 Desenvolvimento Econômico Local e Finanças Municipais: Chave para uma Política Urbana Nacional bem-sucedida

A urbanização é um investimento. Claramente, a urbanização bem planejada está correlacionada com a criação de riqueza e de emprego, a prestação de serviços e o desenvolvimento de infraestruturas, e os benefícios econômicos ultrapassam cidades contribuindo para o crescimento agregado a nível regional e nacional. Embora o planejamento para a urbanização possa parecer ter um custo inicial significativo, a urbanização pode render ganhos a longo prazo que recuperam o custo, desde que a urbanização seja bem desenhada e baseada em planos financeiros sólidos. De fato, é central para a urbanização sustentável a disponibilidade de capital humano e financeiro. Muitas vezes uma Política Urbana Nacional ineficaz tem uma ligação fraca entre políticas de desenvolvimento econômico e outras políticas urbanas, resultando em uma abordagem silo da governança. No entanto, uma aplicação eficiente, eficaz e equitativa de políticas de desenvolvimento econômico entre as áreas urbanas e metropolitanas e em toda uma nação pode evitar os erros de competição tributária, e outras ações que algumas cidades e países atualmente empregam para garantir um negócio, oferecendo incentivos fiscais exorbitantes ou outras ofertas que beneficiam poucas pessoas, mas têm custos para toda a cidade ou nação. As estratégias utilizadas para promover o desenvolvimento econômico local devem fazer um esforço para apoiar as empresas lideradas, por exemplo, por mulheres, pelos empreendedores urbanos pobres ou jovens, incluindo o microcomércio ou a produção doméstica. Além disso, o uso de ferramentas de financiamento baseadas na valorização do solo (*land-based finance*) e na partilha da valorização do solo (*land value sharing*) podem ajudar na construção de uma base de financiamento municipal.

12

Como evidenciado em vários países ao redor do mundo, a própria urbanização não garante um bom desempenho econômico. A urbanização é uma condição necessária - embora não suficiente - para o desenvolvimento econômico. Uma urbanização bem planejada, facilitada através do planejamento urbano consistente e de políticas urbanas igualmente estruturadas, pode formar uma ligação mais forte entre urbanização e cidades produtivas e prósperas.

2.9 Habitação, Setor Informal e uma Política Urbana Nacional

A habitação é um tema que é ao mesmo tempo um desafio e uma oportunidade, uma vez que representa uma convergência do desenvolvimento social e econômico e sustentabilidade ambiental. A provisão de habitação é um poderoso instrumento para a promoção de cidades equitativas e para abordar as preocupações crescentes de desigualdade no mundo. A política de habitação deve ser





coordenada com a provisão de terrenos bem localizados e conectados com infraestruturas e serviços sociais, integrada às oportunidades de desenvolvimento social e econômico. Há uma ampla gama de alternativas/soluções de habitação que têm sido utilizados em diferentes escalas e com diferentes modelos, incluindo a habitação para arrendamento, “vouchers” de aluguel, habitação progressiva, melhorias e expansão, habitação cooperativa, e empreendimentos em grande escala. Igualmente importante e complexo é a componente social relacionada à habitação e à necessidade de abordar questões sensíveis como o reassentamento de uma forma justa e sustentável. Para a Política Urbana Nacional o verdadeiro desafio é ter uma ampla avaliação do estado da arte do setor habitacional, identificar a melhor política e as opções programáticas relativas à disponibilidade de recursos financeiros, competência, consenso e vontade políticas.

Informalidade que inclui assentamentos e atividades econômicas informais constitui um dos maiores desafios que muitas cidades e nações enfrentam nos dias de hoje. Os fatores sociais, econômicos e ambientais estão a exacerbar o crescimento e expansão informal, e exigir a atenção dos líderes nacionais e das cidades. Poucas cidades ou nações oferecem proteção legal para aqueles cujas casas e meios de subsistência são informais. A capacidade dos sistemas de governança para abranger a informalidade no direito à terra é de especial importância para promover acordos urbanos sustentáveis e inclusivos. Ao formular uma Política Urbana Nacional, as complexidades de lidar com a melhoria e integração de assentamentos informais, abordando aspectos como a ocupação da terra, a conectividade e mobilidade, a implementação adequada de melhorias da infraestrutura e da habitação devem ser sempre consideradas. Frequentemente, estes assentamentos são ignorados, ou decisões de desenvolvimento da terra transformam-se em demolição e dispersão dos assentados, ao invés de reconhecer, reabilitar ou (re)desenvolver assentamentos precários.

2.10 Infraestrutura e Prestação de Serviços Básicos através de uma Política Urbana Nacional

Em muitos casos, a Política Urbana Nacional mais eficaz baseia-se em desenvolvimento de infraestruturas e serviços. No entanto, mesmo as políticas mais inovadoras falham se o processo de planejamento é exclusivo ou opaco, ou se as políticas não estão ligadas a planos, programas e regulamentações. Uma Política Urbana Nacional ineficaz é caracterizada pela falta de uma aplicação estratégica de infraestrutura para impulsionar o crescimento e por uma ausência de monitoramento periódico e avaliação de sistemas. Uma Política Urbana Nacional que falha ao considerar e incorporar questões operacionais e de manutenção no longo prazo pode resultar em gestão ineficiente e ineficaz da infraestrutura.

Uma Política Urbana Nacional deve promover uma abordagem integrada na provisão de uma variedade de sistemas de infraestrutura. Também deve apoiar as iniciativas das cidades a esse respeito, incluindo para o transporte e mobilidade, habitação, energia, água e águas residuais, sistemas naturais, agricultura, edifícios públicos, comunicações e tecnologia. Embora cada um desses sistemas possa representar desafios complexos e, por vezes, confusos, eles fornecem as artérias vitais para muitas pessoas, homens e mulheres, e abastecem a cidade e a sua região





metropolitana. Esboçar, adoptar, implementar e monitorizar planos de infraestrutura nacionais e regionais, quando bem coordenados com os planos urbanos municipais, pode promover avanços relacionados aos objetivos económicos, ambientais e sociais. Proporcionar o cenário institucional para planos e políticas de infraestrutura adequados a nível nacional e local é um papel essencial de um governo nacional.

2.11 A Política Urbana Nacional e Adaptação, Resiliência e Incorporação da Agenda Verde

A ocorrência regular de eventos climáticos extremos que resultam em desastres com impactos muitas vezes drásticos sobre bens de pessoas e infraestruturas urbanas, e por vezes sobre a vida das pessoas, é um testemunho da necessidade de integrar medidas de resiliência em qualquer Política Urbana Nacional. Medidas de resiliência visam antecipar ou abordar catástrofes naturais ou de origem humana. Muitas Políticas Urbanas Nacionais falham na abordagem do potencial para desastres, e muito menos na consideração em como prevenir, mitigar e/ou adaptar-se a eles. Recentes desastres em todo o mundo nos lembram a natureza crítica do planeamento de resiliência para as cidades e suas regiões. A falta de recursos disponíveis continua a minar o planeamento e gestão eficazes das cidades. Realizar avaliações de vulnerabilidade urbana e tornar os moradores conscientes do seu ambiente deve ser parte de uma Política Urbana Nacional. Essas avaliações devem reconhecer o capital social inerente à cidade e região (incluindo as zonas rurais), e abranger fatores sociais, económicos, físicos e ambientais.

A ligação entre a urbanização e as mudanças climáticas é evidente, mas longe de ser simples. Enquanto os ambientes urbanos são mais eficientes e podem reduzir o uso de energia, bem como as emissões de carbono, se não forem bem planejados eles também podem contribuir para o aumento da poluição e outros efeitos negativos.

2.12 Planeamento e Desenho Urbano para uma Política Urbana Nacional

Em muitas cidades ao redor do mundo, há uma compreensão pública insuficiente sobre o papel crítico que o desenho físico desempenha e o seu impacto sobre a vida das mulheres e homens. Embora muitas pessoas consigam citar exemplos de lugares onde elas gostam de viver ou visitar, poucas sabem como esses lugares se tornaram no que são hoje, e muito menos como é que se constroem novas ruas, bairros ou cidades que levam a uma melhor qualidade de vida.

O desenho urbano é muitas vezes uma vítima de considerações de curto prazo, onde o retorno imediato do investimento tem precedência sobre oportunidades a longo prazo. Na verdade, poucas cidades e nações empregam profissionais de desenho urbano, e muito menos incluem estas considerações em políticas ou planos locais ou nacionais. Muitas vezes isso é devido à falta de recursos adequados e de profissionais disponíveis localmente.

Com pouca informação disponível sobre exemplos positivos, há uma necessidade de estudos de caso





e outros dados que possam informar Políticas Urbanas Nacionais para produzir planos, regulamentos e programas que, em última instância, resultam em cidades onde as pessoas querem viver, trabalhar e criar uma família. A Nova Agenda Urbana deve promover a Política Urbana Nacional e colocar uma alta prioridade no desenho urbano de qualidade, a fim de melhorar a produtividade das áreas metropolitanas, cidades secundárias e pequenas cidades e assentamentos. O desenho urbano deve atender às demandas e necessidades de todas as pessoas que vivem em áreas urbanas, incluindo grupos indígenas, migrantes nacionais e internacionais, pessoas com deficiência, mulheres, crianças e idosos.

As lideranças nacionais e locais são fundamentais para abordar a urbanização e promover uma Política Urbana Nacional que resista ao teste do tempo. A liderança que reconhece o valor e a importância do desenho urbano, bem como as outras 11 questões-chave listadas acima, irá longe, no sentido de assegurar que as cidades ao redor do mundo são sustentáveis, resilientes e desejáveis. Uma Política Urbana Nacional que considera estes desafios, cria e disponibiliza um ambiente jurídico e institucional, e incorpora uma visão, um sistema, bem como ações e métricas para medir o sucesso, é crucial para o futuro das pessoas e do planeta. A próxima seção irá considerar opções de políticas para a Política Urbana Nacional e o processo de priorização dessas opções.





3. PRIORIZANDO OPÇÕES POLÍTICAS – AÇÕES TRANSFORMADORAS PARA A NOVA AGENDA URBANA

Embora os Estados-nação se tenham inscrito para acordos de desenvolvimento de alto nível (a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Acordo de Paris, o Quadro Sendai, a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) que têm uma influência direta sobre os direitos das pessoas, a resposta dos governos nacionais e locais à urbanização, circunstâncias locais e as prioridades políticas irão variar muito. Devem ser feitas escolhas estratégicas sobre as prioridades e sequência durante o processo de Política Urbana Nacional, já que haverá sem dúvida uma série de problemas a serem geridos (dinheiro, pessoas, infraestrutura, biodiversidade, ecossistemas, forma/desenho urbano, conectividade interna e externa, serviços essenciais (água, transportes, saúde), etc.). Esta Seção irá delinear opções de políticas para uma Política Urbana Nacional e também discutir o processo de priorização destas opções, delineando finalmente as principais recomendações que, sugere-se, devam ser levadas em conta ao priorizar opções de políticas.

3.1 Processo de Definição de Prioridades

A priorização de políticas e práticas urbanas é um processo essencial e importante que afeta os governos locais, nacionais e regionais e as interações entre eles e os atores não-governamentais, incluindo o setor privado e a sociedade civil. A Política Urbana Nacional deve lidar com princípios e processos, mas deve resultar em transformações publicamente endossadas dentro dos marcos legais, normas e padrões, capacidade, tamanho e forma do serviço civil, orçamento, etc. (Ver Quadro 1). A extensão dessa transformação pode depender se o país já conta com uma Política Urbana Nacional ou não. Através da revisão dos Documentos Temáticos da Habitat III e uma consideração sobre os desafios para a Política Urbana Nacional, este documento de políticas identifica os seguintes critérios para a definição de prioridades políticas:

O processo para a definição de prioridades de políticas urbanas tem de ser sustentado por uma estratégia de comunicação forte (prefaciado pelo mapeamento cuidadoso das partes interessadas e pela identificação de interesses e potenciais papéis e responsabilidades para introduzir o processo, incluindo um convite para que todos possam estar envolvidos). Um diálogo inclusivo com o objetivo de estabelecer consenso, envolvendo todos os atores-chave, é fundamental para a definição bem-sucedida de prioridades, implementação e legitimidade da Política Urbana Nacional; se todas as partes são plenamente envolvidas na definição de prioridades e na implementação e monitoramento e avaliação da Política Urbana Nacional, elas precisam estar envolvidas desde o início e precisam ter acesso total aos dados e outras informações relevantes.

A definição de prioridades deve ser baseada em uma avaliação adequada e eficaz do *statu quo* - a base de conhecimento (inventário) é crítica; isso implica um forte componente tecnocrático/especializado para acompanhar um processo amplamente inclusivo. A base de conhecimento, no entanto, deve abranger evidências não estatísticas, bem como dados "brutos",





prevenindo que as prioridades sejam distorcidas pela facilidade de medição ou disponibilidade de dados. Dentro de um programa de pesquisa e investigação mais amplo, é desejável um processo de acompanhamento contínuo para melhorar a base nacional de conhecimento e conseqüentemente aprimorar processos de tomada de decisão em políticas públicas.

A capacidade realista (financeira, profissional, humana e institucional) deve ser considerada no desenvolvimento de prioridades políticas. As prioridades podem ser a curto, médio e longo prazo e devem ser acessíveis, politicamente viáveis e eficientes/eficazes. A viabilidade política é a chave para a implementação de qualquer proposta de alteração. Uma lista exaustiva dos objetivos desejáveis, sem ordenação hierárquica ou ligação à urgência/viabilidade, deve ser vista como uma lista de desejos e não um conjunto de prioridades.

Uma Política Urbana Nacional deve ser baseada em um modelo de governança que permite as necessidades, demandas, sugestões e participação ativa das partes interessadas (também importantes para a implementação), melhorando os níveis de transparência, equidade e prestação de contas. A determinação das prioridades das políticas também deve basear-se nos mesmos princípios de governança.

A capacitação e partilha de conhecimento são essenciais para o desenvolvimento de prioridades com base em expectativas realistas e, portanto, prioridades que são implementáveis. Oportunidades na forma de parcerias com instituições acadêmicas, setor privado, ONGs, organizações da sociedade civil, etc., podem aumentar a partilha de conhecimentos e promover a capacitação.

17

A prioridades políticas devem considerar os impactos globais da Política Urbana Nacional, como as pessoas afetadas, os impactos ambientais, econômicos e sociais, etc. Todas as prioridades políticas devem ser fundamentadas em uma base sólida de compreensão do contexto. Deve ser prestada particular atenção: ao nível de governo com mandato para o setor urbano, às revisões da legislação existente, aos instrumentos de política, aos níveis de institucionalização, às partes interessadas, etc.

Serão necessárias oportunidades de intercâmbio intensificado entre pares e de partilha de conhecimento entre os países para enriquecer uma Política Urbana Nacional e poder oferecer perspectivas comparativas e assegurar a integração dos sistemas urbanos que atravessam as fronteiras. Por exemplo, cada cidade tem que considerar um modelo de gestão da terra e de suas finanças de forma mais eficaz, equitativa e sustentável, de forma que a questão da terra e recursos financeiros, sejam uma preocupação e prioridade para todos os países. A gestão financeira, o planejamento do uso da terra e o desenho urbano de alta qualidade podem contribuir para alcançar este objetivos; como preocupações comuns, estes podem ser pontos de entrada ideais para a aprendizagem entre pares na realização da Política Urbana Nacional.



Quadro 1: Transformações chave esperadas por meio uma Política Urbana Nacional bem-sucedida

Uma Política Urbana Nacional bem-sucedida pode permitir as seguintes transformações fundamentais:

1. Aumentar a coerência das políticas nacionais e locais que afetam e são relevantes para o desenvolvimento urbano (impacto territorial/espacial das políticas setoriais nacionais). As políticas nacionais e locais relevantes selecionadas são: políticas econômicas (que têm influência no impacto econômico (por exemplo, a criação de emprego) que a urbanização pode trazer), terra, serviço público, proteção e segurança, habitação, infraestrutura, clima, recursos naturais/meio ambiente, mobilidade e políticas sociais. Aumentar a coerência das políticas públicas pode melhorar a eficácia administrativa e o fluxo de recursos ao nível metropolitano.
2. Empoderamento das autoridades locais através da capacitação, do reequilíbrio dos sistemas fiscais e ampliação dos mandatos legal e político.
3. Fortalecimento e empoderamento de comunidades, organizações de base, líderes sociais e tradicionais, sociedade civil em geral, fornecendo-lhes ferramentas para monitoramento e avaliação das políticas e aumentando os mecanismos de participação nos processos orçamentais e/ou de formulação de políticas.
4. Melhora no investimento nas cidades através da melhores ambientes de negócios.
5. Promover a cooperação e colaboração entre os diferentes países e jurisdições, superando a fragmentação metropolitana e desencorajando competições "*race-to the bottom*" (por exemplo competição regulatória, concorrência prejudicial que impede os governos locais de arrecadarem receitas suficientes).
6. Melhorar a qualidade de vida e bem-estar (pobreza, acessibilidade, qualidade ambiental, etc.). Enquanto os componentes desta melhoria irão variar de acordo com desafios e contextos, melhorar a qualidade de vida é o objetivo final.

3.2. Prioridades Chave

As nações precisam se apropriar do processo de formulação e implementação da Política Urbana Nacional, utilizando e reforçando os seus próprios recursos. Um governo nacional, com contribuições de governos subnacionais e outras partes interessadas, irá identificar as suas próprias prioridades nacionais através de um processo de Política Urbana Nacional, no entanto existem questões urbanas de interesse internacional comum: o exemplo mais óbvio é a mudança climática, onde o que acontece em uma única cidade tem ramificações em todo o mundo. Questões igualmente importantes, que fazem das cidades caminhos de mudança ambiental global, com impactos nacionais, regionais e globais, devendo portanto ser consideradas pelos formuladores de políticas urbanas locais, nacionais e globais, incluem as seguintes:

- Redução da pobreza urbana e promoção de equidade de oportunidades nas cidades. A abordagem de temas como inclusão, segregação, assentamentos informais, reforma da gestão do solo urbano, igualdade de gênero e habitação devem estar no centro de uma



Política Urbana Nacional. A fim de resolver tais desafios urbanos multifacetados e transversais, é necessário um forte suporte nacional nestas áreas temáticas.

- Segurança e proteção urbana nas cidades, com especial referência à governança urbana, desenvolvimento econômico local e impactos sobre as populações vulneráveis, como mulheres, crianças, jovens e idosos.
- Estruturação dos sistemas urbanos (de grandes a médias e pequenas cidades) e conectividade entre as cidades para apoiar o desenvolvimento sustentável do país. A estrutura do sistema urbano importa para o crescimento. Uma vez que as cidades não existem em isolamento, conectividade sustentável em todas as escalas (incluindo com as áreas rurais) é cada vez mais importante para o desempenho dos sistemas urbanos nacionais. Por exemplo, as decisões nacionais sobre grandes redes de infraestrutura podem ter um tremendo impacto na competitividade e potencial de crescimento das cidades.
- Facilitar políticas urbanas e governança à escala metropolitana. A coordenação intermunicipal requer normalmente o apoio de níveis mais elevados do governo. Tem havido uma atenção crescente nos últimos anos para os benefícios de governar cidades como economias funcionais em vez de unidades administrativas. Níveis mais elevados de governo podem ter um papel na facilitação da cooperação interjurisdicional necessária para melhorar os resultados em áreas metropolitanas complexas.
- Promover interligações entre o espaço urbano e rural.
- Financiamento adequado do processo da Política Urbana Nacional, particularmente a implementação. Gestão e modernização dos instrumentos de financiamento existentes e adoção de novos instrumentos de financiamento supra municipal.
- Migração e remessas.
- Proteção do espaço público, patrimônio e cultura.
- Transparência e redução da corrupção.
- Igualdade de gênero.
- Promoção do crescimento econômico inclusivo.
- Saúde e bem-estar.
- Dados da escala urbana robustos e comparáveis (qualitativos e quantitativos, formais e informais).
- Planejamento urbano, desenvolvimento, infraestrutura e materiais de construção.
- Promoção de uma abordagem territorial e diferenciada, considerando princípios urbanos e territoriais chave, tais como os das Diretrizes Internacionais para o Planejamento Urbano e Territorial. Uma abordagem diferenciada é necessária com base na população, nas necessidades e na infraestrutura social. Particularmente, o fortalecimento dos governos locais por meio do planejamento e diferenciação territorial de responsabilidades e competências com base na capacidade administrativa e eficácia, e/ou o tamanho da população das cidades.
- Apoiar ações das cidades para a sustentabilidade ambiental, especialmente o controle da poluição do ar e mitigação climática ou adaptação.





- Resiliência urbana - preparação para os riscos de desastres, incluindo a adaptação às mudanças climáticas.
- Marcos legais e regulatórios relevantes.
- Envolvimento transversal de setores e atores: cada país terá de priorizar a colaboração e harmonização vertical e horizontal. Devem ser estabelecidas instituições formais que reconheçam a necessidade de mecanismos institucionalizados de colaboração (como os conselhos, comissões, grupos de trabalho, painéis intergovernamentais, etc.). Os arranjos institucionais devem promover as práticas flexíveis e inclusivas que não irão privilegiar circunscrições/espços formais em detrimento de informais, partidos governamentais versus partidos não-governamentais, a esfera nacional em sobreposição a local, etc.

Além disso, os qualificativos para uma Política Urbana Nacional propostos no âmbito do ODS 11 irão ajudar a estabelecer as seguintes prioridades-chave:

- responder a dinâmicas populacionais;
- garantir um desenvolvimento territorial equilibrado;
- preparar para o desenvolvimento de infraestruturas e serviços;
- promover a eficiência do uso do solo urbano;
- aumentar a resiliência às mudanças climáticas;
- proteger o espaço público e;
- desenvolver sistemas de governança urbana eficazes;
- promover sistemas de finanças municipais eficazes;
- apoiar a parceria e a cooperação entre os atores urbanos;
- salvaguardar a inclusão e a participação no processo e nos resultados.

3.3 Indicadores sobre Política Urbana Nacional

Este painel especializado reforça a recomendação do indicador ODS para o Objetivo 11.a (*Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento*). O indicador proposto destaca a importância de um processo de Política Urbana Nacional como um meio de implementar a Nova Agenda Urbana. Além disso, o uso da Política Urbana Nacional como um indicador reforça o papel das cidades no desenvolvimento sustentável e é um contributo fundamental para a concretização dos objetivos da Agenda 2030.

Este grupo de especialistas propõe ainda os seguintes objetivos: 1) até 2020, dois terços dos países-membros terão iniciado o processo para o desenvolvimento de uma Política Urbana Nacional, ou o processo de revisão do arcabouço existente de Política Urbana Nacional; 2) até 2025, metade dos países-membros terá formulado e iniciado a implementação de uma Política Urbana Nacional; e 3) até 2030, um terço dos países-membro terá monitorado e avaliado a sua Política Urbana Nacional.





3.4 Recomendações chave para a Versão Zero (*Zero Draft*) da Nova Agenda Urbana

As recomendações no Quadro 2 destacam as principais considerações que podem ser tomadas em consideração ao realizar o processo de priorização da vasta gama de opções políticas que podem ser consideradas dentro de uma Política Urbana Nacional. Estas recomendações do Grupo de Especialistas, que estão também localizadas nas conclusões deste relatório, consolidam as pré-condições para o desenvolvimento e para a implementação de uma Política Urbana Nacional bem-sucedida e articulam como um tal processo pode contribuir para a implementação da Nova Agenda Urbana e a agenda do desenvolvimento sustentável mais amplo pós-2030.



Quadro 2: Recomendações Chave para a Versão Zero da Nova Agenda Urbana

1. Acordos Internacionais: a Política Urbana Nacional provou ser valiosa para a implementação da Agenda Habitat e deveria ser mais integrada como um instrumento fundamental para implementar a Nova Agenda Urbana. A base normativa de uma Política Urbana Nacional deve ainda refletir acordos internacionais existentes, incluindo:

- a) Declaração Universal dos Direitos Humanos
- b) Acordo de Paris
- c) Marco de Sendai
- d) Agenda 2030 e as Metas globais

2. Forma Institucional: A forma institucional de uma Política Urbana Nacional deve criar canais de participação e ter em conta a necessidade de afetar a mudança de alto nível, incluindo: a reforma legal, a alocação dos recursos fiscais, geração de informação sobre o sistema urbano global (incluindo o formal e o informal), e o planejamento urbano a longo prazo e desenho urbano que se estendam para além do ciclo político. A qualidade dos marco jurídico significa a capacidade de produzir as reformas regulatórias exigidas pelos formuladores de política pública. A legislação eficaz deve ter um propósito claro, introduzir regras consistentes e bem pensadas e mecanismos de aplicação, regras e obrigações inequívocas. Finalmente, deve permitir monitoramento e avaliação sistemática dos resultados da legislação. Implementar um processo de Política Urbana Nacional baseado em evidências exige investimentos no serviço público, pesquisa, currículo universitário e oportunidades educacionais.

3. Liderança: É necessário haver liderança política formal, assim como informal no seio do governo e/ou de outras partes interessadas para garantir a legitimidade do processo da Política Urbana Nacional e da eficácia da execução.

4. Inclusivo e equitativo: as Políticas Urbanas Nacionais precisam ser inclusivas e permitir às partes interessadas participar efetivamente no processo, certificando-se de que todas as vozes sejam ouvidas. Os resultados e o impacto precisam promover a igualdade, alcançar os mais vulneráveis, os grupos de risco, e os pobres urbanos.

5. Sustentabilidade e resiliência: uma Política Urbana Nacional tem de abordar as dinâmicas sociais, econômicas e ecológicas e a interação entre elas no contexto territorial.

6. Questões prioritárias: uma Política Urbana Nacional deve ser centrada nas pessoas e precisa ser complementar e não replicar fortes estratégias setoriais em áreas como infraestrutura, água, energia, saúde, educação, habitação ou políticas de inclusão social e econômica. Idealmente, uma Política Urbana Nacional vai abordar as relações territoriais, fiscais e institucionais entre os setores. Uma Política Urbana Nacional deve salvaguardar os interesses e direitos de ambas as gerações atuais e futuras, bem como estar ciente dos impactos das



escolhas políticas nos ecossistemas naturais. Uma Política Urbana Nacional fornece a plataforma de informação ou o processo para mediar prioridades a longo prazo versus prioridades a curto prazo através de escalas territoriais, permitindo que decisões difíceis sejam debatidas e comunicadas ao público.

7. Coordenação: uma Política Urbana Nacional deve enfatizar e facilitar a coordenação e colaboração institucionalizada e informal entre os diferentes agentes, setores e funções através de todas as escalas e sistemas de cidades. A coordenação deve considerar as preocupações nacionais territoriais, incluindo o *continuum* urbano-rural, e problemas e dinâmicas de urbanização metropolitanas, regionais e supranacionais.

8. Capacidade: Para ser eficaz, um processo de Política Urbana Nacional exige uma preparação, um anfitrião institucional, um orçamento, formação e oportunidades para promover o intercâmbio nacional e transnacional de aprendizagem entre pares, dentro e entre governos e outras partes e atores interessados. O monitoramento interno eficaz e a avaliação devem ser incorporados no processo.

9. Comunicação: O processo de Política Urbana Nacional deve empregar uma estratégia de comunicação multimídia que seja compreensiva e transparente, e destina-se a informar todos os funcionários públicos, residentes, mídia e outras partes e atores interessados dentro e fora das fronteiras nacionais. A estratégia de comunicação para uma Política Urbana Nacional também deve ser usada para promover uma ampla conscientização sobre a natureza integrada do desenvolvimento urbano.

Dados: Uma Política Urbana Nacional deve ser fundamentada nos dados qualitativos e quantitativos mais atuais e abrangentes. O processo de desenvolvimento de uma Política Urbana Nacional pode ser usado para melhorar os sistemas de coleta de dados e desenvolver também dados novos e adicionais para melhorar a desagregação (por exemplo, gênero e idade), cobertura (setor e geografia) e a interoperabilidade dos dados. Deve ser dada especial atenção a processos de enumeração e de tornar visíveis todos os aspectos da informalidade urbana. Os dados recolhidos para uma Política Urbana Nacional precisam ser integráveis a sistemas globais e locais de dados e devem ser de acesso aberto.

Com base na Seção Três, que considera o processo de priorização de opções de políticas e a identificação de opções de políticas para uma Política Urbana Nacional, a seção seguinte irá considerar os principais atores no processo da Política Urbana Nacional e o desenvolvimento de um ambiente propício para a Política Urbana Nacional.





4. PRINCIPAIS ATORES PARA A AÇÃO – INSTITUIÇÕES FACILITADORAS

Esta seção destacará os principais intervenientes no processo da Política Urbana Nacional. Irá igualmente considerar processos essenciais, tais como o reforço das capacidades e da sensibilização, que são importantes para a construção de um ambiente propício para a criação de uma Política Urbana Nacional e, além disso, que irá contribuir para a realização da Nova Agenda Urbana.

4.1 Aspectos estratégicos

A Política Urbana Nacional é um processo evolutivo e a longo prazo que visa a estruturação de um arcabouço mais amplo integrado por sistemas holísticos que irão criar um ambiente propício para o estabelecimento, institucionalização e melhoria do setor e agenda urbana de um país.

O desenvolvimento de uma Política Urbana Nacional deve ter em conta a diversidade de abordagens, porque os países têm particularidades, e mesmo diferenças, entre as suas regiões. A este respeito, as respostas a uma Política Urbana Nacional serão diferentes e os governos devem considerar uma abordagem que responda às necessidades das pessoas. Neste sentido, os principais intervenientes são também variados e representam os interesses dos grupos a que pertencem.

As principais partes interessadas para uma Política Urbana Nacional são diversas e podem desempenhar diferentes papéis ao longo de um processo evolutivo, a fim de (i) desenvolver e estruturar uma política; (ii) promover a mudança cultural e social; (iii) definir o arcabouço de pensamento e ideias; (iv) conquistar novos direitos dentro das diferentes dimensões dos direitos na cidade; (v) se apropriar e endossar; (vi) implementar; (vii) reforçar a capacidade; e (viii) monitorar e avaliar.

Este processo é, em si mesmo, um catalisador de atores e ações através de um progresso gradual de pequena escala (mudanças) que pode ser acelerado e/ou amplificado por eventuais intervenções/ações, quer seja no sentido descendente (“*top-down*”) através da vontade política dos governos nacionais, quer no sentido ascendente (“*bottom-up*”) e alavancado pelos governos locais empoderados, na maioria dos países, são líderes na gestão do desafio da urbanização. Movimentos liderados e organizados pelas pessoas/sociedade são capazes de promover mudanças políticas e sociais eficazes, tais como o reconhecimento dos direitos e a instituição de novas políticas, programas ou canais de participação.

Para este processo é fundamental a necessidade de desenvolver um quadro institucional adequado, que envolva múltiplos níveis e partes interessadas para promover o diálogo e a colaboração, com objetivo de assegurar o envolvimento dos diferentes níveis de governo e de partes interessadas na apropriação e engajamento nas diferentes fases de uma Política Urbana Nacional. Os governos nacionais devem reconhecer os governos subnacionais como parceiros-chave para o desenvolvimento e implementação de uma Política Urbana Nacional, e deve empoderá-los





assegurando recursos e capacidades adequadas. Tal processo vai certamente corresponder ao desenvolvimento de vontade política, reflexão e ação de vários agentes e atores com interesses contraditórios. A sua eficácia, alcance e impacto dependerá em grande parte da forma como esses interesses são socialmente resolvidos, e da capacidade desses mesmos atores para semearem e institucionalizarem inovação e mudança, expandindo a consciência e transformando a cultura/mentalidade.

O aspeto cultural é essencial para sustentar o desenvolvimento; será o pano de fundo para o processo, ditando a sua eficácia e sustentabilidade. Mudanças culturais e sociais podem ser desencadeadas por forças internas ou externas atuando de forma complementar e impulsionadas por uma série de apoiadores cujas configurações podem variar consideravelmente de país para país.

A aceitação do fato de uma Política Urbana Nacional ser impulsionada por uma multiplicidade de arranjos e poder ter um número infinito de formas é fundamental para assegurar a aplicabilidade em diferentes contextos nacionais em escala global. Isto significa que aqueles que defendem, refletem e atuam sobre o tema, que formarão a força motriz de um processo de Política Urbana Nacional, virão de diferentes constituições e serão capazes de agir em qualquer ponto no tempo com o objetivo de definir e/ou melhorar o quadro em que a Política Urbana Nacional está incorporada.

Como as cidades e ambientes urbanos são cada vez mais o centro das atenções para o desenvolvimento humano, social e econômico - colocando, ao mesmo tempo, a pressão instrumental sobre os ecossistemas naturais - é essencial que as autoridades locais estejam na linha da frente na consciencialização coletiva sobre a pegada ecológica no interior das cidades, trazendo gradualmente mais atores e intervenientes para o processo de definição das prioridades da Política Urbana Nacional e dos respectivos meios de implementação.

É fundamental/essencial ter em conta a variedade dessas partes envolvidas - daí a necessidade de promover a apropriação e alcance, tendo em conta as capacidades de contribuição e a exigência de que todas as vozes devem ser ouvidas.

Como a massa crítica do pensamento evolui para a necessidade real e estratégica de uma Política Urbana Nacional, o conjunto de sistemas irá gradualmente tomar forma como as principais partes interessadas e os seus (e de outros) respectivos papéis tornam-se cada vez mais claros.

Alcançar a formulação e implementação de uma Política Urbana Nacional pressupõe que os sistemas tenham sido criados para abordar conflitos de interesse entre as várias partes interessadas, para promover processos de diálogo e construção de consenso, e mobilizar a consciência coletiva sobre a necessidade e urgência para a gestão da urbanização no sentido de tirar o máximo proveito dos seus impactos positivos.





4.2 Atores, lados e níveis de ação

Em termos mais amplos, pode-se identificar um conjunto de principais atores/intervenientes, possíveis papéis e níveis de envolvimento e participação durante o processo, desenvolvimento, implementação, monitoramento e avaliação da Política Urbana Nacional. Apesar dos riscos de excesso de simplificação, e tendo em conta as ligações inter-escala geradas no processo de globalização, as principais partes interessadas podem ser classificadas em dois grupos:

Um conjunto interno de partes/atores interessados:

Comunidade: a sociedade global mais ampla (opinião pública/mídia); movimentos sociais mais amplos/de grande escala e sociedade civil organizada (como movimentos dos sem-teto, ativistas de transportes públicos, organizações não-governamentais (ONGs), organizações de mulheres, etc.) a nível nacional, regional ou da cidade; líderes comunitários. No processo de concepção da Política Urbana Nacional é importante assegurar a participação de grupos da sociedade civil que representam diversos interesses e grupos, de modo a que o processo de construção seja coletivo e com uma abordagem baseada na demanda. Uma Política Urbana Nacional tem de responder a diversos interesses da sociedade, de género, crianças, idosos, grupos étnicos, etc.

Governos: nacionais, regionais, estaduais/provinciais, áreas metropolitanas, cidade (diferentes políticas departamentais/setoriais). Mesmo que, como mencionado acima, as autoridades locais sejam parceiras fundamentais para a definição e implementação de uma Política Urbana Nacional, o trabalho necessário durante todas as etapas ultrapassa as fronteiras administrativas das autoridades locais. A este respeito, durante a implementação, o trabalho conjunto deve ser promovido entre as entidades nacionais e territoriais através de ações como: melhorar a organização territorial, identificar e estruturar projetos estratégicos regionais, fortalecer formas de associação e cooperação municipal, e promover a transferência de conhecimento entre as entidades territoriais.

Academia: universidades, centros de pesquisa, grupos de reflexão (*think tanks*), investigação e instituições de ensino. A participação do setor académico é importante não só no desenvolvimento, mas também no monitoramento e avaliação de uma Política Urbana Nacional. As universidades, os centros de investigação e os grupos de reflexão são muitas vezes instrumentais na recolha de evidências, fatos e dados que informam a definição de uma Política Urbana Nacional e contribuem para avaliar o seu impacto sobre os territórios e as diferentes camadas da sociedade. Os programas de voluntariado universitário poderiam ser uma grande contribuição com projetos inovadores e intervenções de sustentabilidade.

Legisladores e magistrados: estes atores desempenham um papel importante na implementação da Política Urbana Nacional porque vão aprovar as leis e regulamentos promulgando as disposições da política e vão promover mudanças legais necessárias para alcançar os objetivos da política. Além disso, eles representam as forças políticas do país e podem ser motores fundamentais e facilitadores





da mudança de órgãos executivos e legislativos, que irão apoiar e reforçar os quadros legais relacionados, melhorando assim a compreensão das diretrizes, estratégias e metas identificadas por uma Política Urbana Nacional a fim de estabelecer entre os diversos grupos as bases para a tomada de decisão e consolidação da jurisprudência.

Agências de financiamento e o setor privado: estes atores podem contribuir com recursos necessários para implementar a política. No entanto, é importante que o setor público guie e articule a sua participação na Política Urbana Nacional para garantir a concretização dos objetivos para os quais a política foi concebida. A responsabilidade social do setor privado apresenta uma grande oportunidade para melhorar a capacidade da cidade ou do município, guiada pela proteção dos bens e interesses públicos. A responsabilidade social e ambiental das empresas é crucial.

As partes interessadas externas irão incluir:

- Organizações internacionais, agências de desenvolvimento, o sistema das Nações Unidas. Todos estes são cruciais na definição e implementação das agendas globais que exigem mobilização mundial e fluxos internacionais de financiamento.
- Tendências internacionais/outros países que são modelos.
- Organizações governamentais locais e regionais internacionais, universidades e grupos de reflexão com alcance internacional/global.
- Sociedade civil internacional: escala global/internacional das ONGs e dos movimentos sociais.
- Constituições e grupos políticos regionais e internacionais.
- O sistema bancário internacional e os mercados financeiros: eles são fundamentais para mobilizar a enorme quantidade de investimentos de capital e desenvolvimento urbano e imobiliário que a implementação de uma Política Urbana Nacional implica.

Uma transformação eficaz e sustentável nas sociedades é eminentemente política. A construção de uma Política Urbana Nacional que está focada na melhoria do bem-estar geral, na integração e na igualdade dos direitos para a cidade, apesar da segregação e as desigualdades, vai surgir a partir da vontade política que tem de ser construída e reconstruída ao longo do tempo, entre todos os agentes envolvidos a diferentes níveis, dependendo de cada contexto geográfico e evolutivo específicos. Embora a ação derive da capacidade de implementação que pode ser heterogênea entre os intervenientes/partes interessadas, uma Política Urbana Nacional tem igualmente de ser construída e reconstruída refletindo o estado da cultura/mente, ao longo do processo político evolutivo.

Podem emergir grandes reviravoltas a partir das definições políticas de alto nível, impulsionadas pelo governo nacional, ou provenientes dos governos locais e da mobilização social (*bottom up*), tais como a proposição popular de uma nova lei ou mesmo a eleição de partidos políticos/personalidades defensores da agenda urbana, ou a partir de uma combinação de ambas as





forças. Atores internacionais podem influenciar o curso político de ação e fortalecer a capacidade local com assistência técnica e financiamento. No entanto, e fundamentalmente, sem a propriedade e a aprovação das partes interessadas internas, uma Política Urbana Nacional não será sustentada nem/ou será eficaz.

Os incidentes externos, a mobilização política e iniciativas *top-down/bottom-up* podem ser gatilhos para e também acelerar e intensificar os processos da Política Urbana Nacional em períodos específicos no tempo. No entanto, a evolução incremental é essencial para a maturação e institucionalização de uma Política Urbana Nacional a longo prazo, bem como para o fortalecimento das principais partes interessadas que serão os pilares para a sua continuação.

Os atores internos terão de participar no processo da Política Urbana Nacional para concretamente (i) desenvolver políticas que estão devidamente implementadas através de (ii) governos locais capacitados e programas que são adequados (iii) financiados e estruturados, apoiados por um robusto (iv) quadro legislativo, bem assimilado pelo (v) judiciário, aprovado pela opinião pública, sociedade civil organizada e lideranças comunitárias, utilizando o conhecimento disponível e criado na (vi) academia e a disseminação da investigação para o público, com a assistência da (vii) mídia, fazendo uso de todos os recursos disponíveis que possam ser oferecidos pelas pessoas/comunidades, setores privados e públicos.

Para assumir essas funções, as capacidades devem existir ou serem, construídas, durante todo o processo, enriquecendo e reforçando diferentes círculos de atores e partes interessadas que assumam a responsabilidade compartilhada para a continuidade do desenvolvimento da Política Urbana Nacional. A evolução virá de sucessivos ciclos de pensamento, incidência, desenvolvimento e ação por todas as partes interessadas de uma forma muito heterogênea, mas em última análise a sociedade como um todo terá de se apropriar do processo de mudança política.

A fim de assegurar que o processo de conscientização e apropriação social dos princípios da Nova Agenda Urbana se consolide no final como uma Política Urbana Nacional, é necessário traduzir gradualmente esses princípios em decisões políticas e institucionais emoldurados por atos administrativos que são emitidos por agências governamentais a todos os níveis (nacional, provincial, interestadual, metropolitano e local) e estratos democráticos (judicial, legislativo e executivo, nos estados democráticos). Caso contrário, estes princípios permanecem apenas retóricos. Isto irá colocar em risco a gestão sustentável da urbanização e condenará vastos setores sociais à exclusão e informalidade; os princípios retóricos não levarão à institucionalização das novas "regras do jogo" para todos os intervenientes (partes interessadas internas e externas) envolvidos na urbanização.

A capacidade do Estado para implementar políticas públicas é moldada por uma combinação complexa de capacidades técnico-burocráticas e políticas (cada uma é por si só necessária, mas não uma condição suficiente); não é homogênea e pode variar entre os setores e áreas. A construção de





capacidades combinadas ocorre a longo prazo, enquanto a sua destruição poderá ocorrer com medidas de contingência de curto prazo. A capacidade do Estado está intimamente ligada ao paradigma ideológico ou visão do mundo dentro do qual um governo está localizado, bem como a legitimidade e a acumulação de poder disponível para um governo ser capaz de influenciar mudanças no *status quo*; a legitimidade e o poder se encontram precisamente na capacidade de interpretar as necessidades da maioria e os processos culturais que incorporam a sociedade.

4.3 Como criar ambientes propícios, definir o cenário para a ação e compreender os princípios e etapas de uma Política Urbana Nacional?

Ambientes favoráveis para o desenvolvimento de uma Política Urbana Nacional implica fatores como a devida atribuição de papéis, mandatos, canais de participação, a necessidade de melhorar a comunicação e transparência, e fazer todas as vozes claramente ouvidas e incorporadas.

Um processo sustentável e legítimo de desenvolvimento de uma Política Urbana Nacional deve basear-se nos seguintes princípios para orientar as principais partes interessadas e instituições:

- Legitimidade;
- Responsabilidade ética/compartilhada;
- Abordagem de colaboração/cooperação/parceria entre diferentes níveis de governos e administrações públicas, e com diferentes atores não estatais (OSC, setor privado, universidades, etc.);
- Transparência /informação compartilhada;
- Construção e fortalecimento dos governos locais e das capacidades dos órgãos públicos para o desenvolvimento institucional;
- Alocação justa e eficiente de atribuições e recursos entre os diferentes níveis de governo para apoiar as políticas urbanas sustentáveis;
- Níveis diferentes e complementares de envolvimento/participação, a fim de garantir um efeito cascata, onde até as vozes mais vulneráveis e distantes são ouvidas (até ao nível comunitário);
- Um processo flexível que permita revisões ao longo do tempo à medida que surgem novos desafios.

O palco para a ação será definido mesmo antes dos alicerces políticos de uma Política Urbana Nacional, uma vez que é um processo que vai ser desencadeado por um acordo potencial de atores e ações, como dito anteriormente, e irá evoluir ao longo das etapas que estão interligadas com o desenvolvimento da consciencialização e vontade política. À medida que surgem oportunidades, emergem novas fases e novos arranjos de atores que conformarão as fases seguintes do processo. Estas próximas fases podem incluir um documento de políticas, um novo quadro jurídico, processos melhorados de descentralização, novas agências executivas ou estruturas de governança, planos plurianuais, e/ou localizar políticas setoriais para uma melhor coordenação territorial. Não existe





uma sequência ideal a ser seguida, mas sim oportunidades que serão apresentadas pelo contexto, como um novo governo, uma mobilização social, mudanças na constituição, pacotes de investimento/espço fiscal, ambiente macroeconômico, etc. Em todos os casos, um conjunto específico de partes interessadas irá funcionar como motor principal, e terá a tarefa de promover um compromisso e disseminação mais amplo, como uma nova lei a ser aprovada.

O processo de Política Urbana Nacional levará à institucionalização da participação e de canais de participação; isso poderá reforçar o papel das principais partes interessadas, mas também pode impedir a emergência de novos atores. Portanto, um grau de flexibilidade para incorporar novos agentes de mudança será desejável, o que só pode acontecer em ambientes flexíveis. Por outras palavras, enquanto as instituições fortes irão definir a base para a sustentabilidade da Política Urbana Nacional, a inovação e a reinvenção virão provavelmente de um novo pensamento e, eventualmente, de novas partes e agentes interessados (da comunidade para a escala nacional). O desenvolvimento, a implementação e o monitoramento da Política Urbana Nacional, discutida na próxima seção, são pontos importantes dentro do processo das políticas em que a inclusão das partes interessadas existentes e de novos atores é essencial.





5. DESENVOLVIMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS

O desenvolvimento de alta qualidade de uma Política Urbana Nacional, juntamente com os seus marcos legais, institucionais e financeiros, é essencial para garantir a sua exequibilidade. É necessário compreender a Política Urbana Nacional como um processo contínuo para perceber que todos os elementos do desenvolvimento de políticas devem ser considerados ao longo de todo o processo. Esta seção discutirá ações-chave que se concentram em atividades e recomendações orientadas a processos para uma Política Urbana Nacional, em vez do conteúdo da própria política.

Através da consideração do desenvolvimento de políticas e a sua implementação e monitoramento, esta seção explora primeiramente como operacionalizar uma Política Urbana Nacional, que pode ser eficaz para alcançar a sua meta e objetivos definidos. Em segundo lugar, a seção destaca como desenvolver e implementar uma Política Urbana Nacional que é legítima, integrada e acionável, e que pode ser monitorada de forma eficaz. Finalmente, são feitas recomendações para facilitar um processo de política e gerar mecanismos que ajudam a garantir a continuidade a longo prazo permitindo os ajustes necessários.

5.1 Desenvolvimento da Política

Compreender o Contexto

O desenvolvimento e implementação de uma Política Urbana Nacional devem estar cientes do contexto em que esta será desenvolvida. A diversidade de circunstâncias nas quais o processo da Política Urbana Nacional pode ser realizado significa que a estratégia de desenvolvimento e implementação para a política deve ser orientada pelo contexto (histórico, cultural, político, ambiental, social, econômico, etc.). Ao desenvolver a política, e a fim de apreciar e compreender plenamente este contexto necessário, pode-se considerar o seguinte:

Construção de apoio para e considerando a visão/propósito de uma Política Urbana Nacional: Antes da elaboração de uma política, deve ser desenvolvida uma proposta para a sua visão/propósito e objetivos, incluindo o necessário desenvolvimento dos conteúdos de valor agregado, o alcance, e os prazos. O processo de definição deste propósito ou visão e objetivos deve ter em conta o contexto nacional/local do país e envolver uma diversidade de partes interessadas. O processo de avaliar a viabilidade de uma Política Urbana Nacional, anteriormente ao desenvolvimento da política, pode funcionar para começar a criar um consenso sobre a necessidade de uma política, baseada na visão/propósito e objetivos identificados para a Política Urbana Nacional.

Mapeamento dos arcabouços legais e institucionais existentes: O mapeamento das leis, regulamentos e instituições relevantes para o planejamento físico e econômico existente permite uma avaliação inicial rápida do quadro jurídico e institucional urbano. Esta avaliação vai, finalmente, fornecer a capacidade de identificar áreas de melhorias de todas as diferentes peças de legislação e





instituições e também de identificar e avaliar os limites administrativos destas peças de legislação e instituições.

Compreender a economia política e os contextos institucionais: Todos os ministérios relevantes, governos locais e partes/atores interessados devem participar no desenvolvimento de uma Política Urbana Nacional para garantir a inclusão de uma ampla gama de políticas relevantes e uma sensação geral de apropriação. Para ter uma compreensão clara dos vários interesses e os contextos institucionais em que a política vai existir, recomenda-se que a avaliação econômica política e de governança em torno do processo político, que inclui o mapeamento e análise de instituições e relações de poder, possam ser realizadas. Esta análise pode incluir os procedimentos administrativos, os processos de decisão, alocação de recursos e configurações institucionais. O objetivo final da análise é a compreensão dos instrumentos já existentes, as necessidades de capacidade, as relações de poder, e pontos de decisão em diferentes áreas temáticas urbanas.

Capacitação/Empoderamento das partes interessadas: Um dos objetivos de uma Política Urbana Nacional deve ser o de capacitar/empoderar os governos locais e outras partes interessadas, a fim de envolvê-los plenamente no desenvolvimento de uma visão urbana e enquadramento de coordenação no contexto de um país em particular. Para evitar que as partes interessadas que atuam apenas como parceiros de implementação, governos locais e outras partes interessadas fundamentais devem ser envolvidos no processo da Política Urbana Nacional desde o início. Além disso, para garantir um processo participativo e inclusivo, é recomendada a realização de um mapeamento e análise das partes interessadas (*stakeholders*) para identificar atores mais vulneráveis que possam precisar de um envolvimento e apoio extra para participar plenamente.

Desenvolver para Implementar:

O bom desenvolvimento de políticas é fundamental para a sua implementação. A implementação de uma Política Urbana Nacional deve ser considerada durante toda a sua concepção, se isto não for levado em consideração pode resultar em falhas que podem afetar negativamente a eficácia global da política. Para desenvolver com êxito uma política relevante e implementável há que considerar quatro pontos:

- a. Apropriação da política pelos governos locais e outras partes interessadas: para implementar com sucesso uma Política Urbana Nacional, é necessária a apropriação e “compra” dos governos locais e outras partes interessadas. Estabelecer um mecanismo participativo para facilitar o diálogo de política entre os governos nacionais e subnacionais, atores estatais e não estatais é importante, para assegurar a participação efetiva de todos os atores na Política Urbana Nacional.
- b. Avaliação e desenvolvimento de capacidades: Durante a concepção da política, é necessário considerar a capacidade de implementação dos parceiros, nomeadamente as capacidades



dos governos subnacionais. Antes da implementação é essencial avaliar as capacidades humanas, institucionais, financeiras e técnicas e desenvolver a capacidade em todos os níveis de governo e para todos os parceiros de implementação para a formulação, implementação e monitoramento e avaliação da política. O desenvolvimento das capacidades também poderia ser considerado para o setor privado.

- c. Revisão e/ou ajuste quadros legais, institucionais e fiscais nacionais existentes e as políticas/diretrizes de todos os setores para assegurar a integração e implementação da Política Urbana Nacional. A legislação nacional (e, em alguns sistemas federais, estaduais/provinciais) pode definir as responsabilidades, poderes e, fundamentalmente, as fontes de receita dos governos subnacionais. Por conseguinte, deve ser dada atenção ao quadro legislativo adequado para governos subnacionais e também à descentralização das políticas, e para a partilha de recursos financeiros entre os diferentes níveis de governo, de modo a criar quadros colaborativos de compromisso entre os governos nacionais e subnacionais. Além disso, a integração e coesão com outras estratégias setoriais, enquadramento, políticas, etc., devem ser consideradas. Para ter suporte completo para uma Política Urbana Nacional, o conflito com outros setores deve ser evitado.
- d. Monitoramento e Avaliação: Um mecanismo para rever periodicamente a Política Urbana Nacional deve ser incluído no esboço da política. O processo de monitoramento e avaliação deve ser transparente e ir além dos governos nacionais e subnacionais para envolver todos os intervenientes e atores não governamentais relevantes, tais como organizações não governamentais, cidadãos e setor empresarial.

5.2 Meios de Implementação

Promover a Mudança de Sistemas

O processo de desenvolvimento e implementação de uma Política Urbana Nacional deve ter em mente que o valor da política reside tanto no processo como no produto. Durante todo o desenvolvimento da política, portanto, certos mecanismos como a participação e capacidade de desenvolvimento podem ser institucionalizados, a fim de promover a mudança mais sustentável a longo prazo, ao contrário de intervenções políticas isoladas.

Implementar uma Política Urbana Nacional: Desenvolvimento iterativo e revisão contínua da política

Recomenda-se o acompanhamento regular da implementação de uma Política Urbana Nacional sob a forma de uma revisão contínua da política para fomentar o desenvolvimento iterativo de políticas públicas. A implementação de uma política complexa pode, portanto, acontecer por etapas. Enquanto uma política com visão de futuro terá definido metas a longo prazo, as lições aprendidas a





partir do monitoramento provisório podem ser usadas para refletir sobre pontos fortes e fracos da política até à data e os ajustamentos efetuados em conformidade.

Possíveis Opções de Financiamento

Ao considerar possibilidades para o financiamento de uma Política Urbana Nacional, estão disponíveis para consideração opções alternativas de financiamento. No entanto, uma política eficaz exigirá a apropriação clara por parte dos governos nacionais, que podem ser indicada através de um compromisso financeiro. Apesar disso, sugere-se que existam fontes alternativas que podem complementar os compromissos financeiros assumidos pelos governos nacionais.

- a. A fim de incentivar a apropriação de uma Política Urbana Nacional a outros níveis de governo, a partilha dos encargos e benefícios entre os níveis de governo poderia ser uma opção viável. Antes de considerar isso, e para que os governos subnacionais tenham a capacidade financeira para apoiar a política, é essencial considerar a extensão para a qual a delegação de capacidade financeira é necessária para facilitar o apoio financeiro para a política dos governos subnacionais.
- b. Para facilitar a participação dos governos subnacionais no desenvolvimento de uma política, mecanismos inovadores de financiamento, como a captura e partilha da valorização da terra, subsídios e bases tributárias locais mais amplas e reforço da cobrança de impostos podem ser considerados para melhorar o financiamento municipal.
- c. Acesso e expansão do investimento e das finanças privadas podem ser uma opção para o cofinanciamento bem-sucedido de uma Política Urbana Nacional. Existe a possibilidade de financiar as políticas urbanas através de múltiplas fontes de financiamento, tanto pela melhoria das Parcerias Público-Privadas (PPPs) quanto pelo acesso ao capital privado.
- d. Quando se constrói opções de financiamento para uma Política Urbana Nacional e se os recursos são limitados, a política pode começar com o desenvolvimento de alguns princípios, medidas de coordenação e consulta para alavancar consciência sobre a política. Neste caso, as intervenções para a política devem ser concentradas em projetos específicos que vão gerar resultados a curto prazo e alavancar financiamento e oportunidades para empreender projetos com resultados a médio e longo prazo. Desta forma, a Política Urbana Nacional pode ser implementada a curto prazo com o financiamento disponível, mas ainda assim planejar para o longo prazo.

5.3 Instrumentos de Monitoramento

Monitorar uma Política Urbana Nacional certamente, terá como base a definição inicial de indicadores para medir a concepção e implementação bem-sucedida. Os indicadores irão variar dependendo das prioridades que refletem os contextos específicos de um país. Por exemplo, os





indicadores para uma Política Urbana Nacional podem incluir os seguintes qualificadores:

- responde às dinâmicas populacionais,
- garante um desenvolvimento territorial equilibrado,
- se prepara para o desenvolvimento de infraestrutura e serviços,
- promove a eficiência do uso do solo urbano,
- aumenta a resiliência às mudanças climáticas,
- protege o espaço público,
- desenvolve sistemas de governança urbana eficazes,
- promove sistemas de finanças municipais eficazes,
- apoia a parceria e a cooperação entre os atores urbanos,
- salvaguarda a inclusão e a participação no processo e nos resultados.

Os critérios para a definição de uma Política Urbana Nacional bem-sucedida irão inevitavelmente variar por país. No entanto, sugere-se que uma política bem-sucedida responda, no mínimo, aos objetivos urbanos definidos a nível nacional (para abordar questões e aproveitar o benefício da urbanização) a curto, médio e longo prazo. Além disso, a fim de assegurar a sustentabilidade das iniciativas políticas, ter a visão da Política Urbana Nacional integrada em programas e políticas departamentais, mas também delineada nos planos de desenvolvimento subnacionais, poderia ser um indicativo de sucesso. Ao considerar o monitoramento de políticas, há uma série de recomendações pertinentes:

- a. Processo integrado e avaliação de resultados: uma Política Urbana Nacional põe muitas vezes em movimento uma multiplicidade de processos relacionados com a política, e que poderia ser útil para medir o processo e os resultados das políticas específicas. Se o fizer, pode facilitar a incorporação de programas que integram as prioridades políticas. Enquanto a avaliação dos resultados tem a capacidade de analisar em que medida a política atingiu os seus objetivos definidos, uma avaliação do processo pode potencialmente permitir uma visão sobre quais os elementos do processo levaram a sucessos ou fracassos.
- b. Ancorando uma Política Urbana Nacional com os dados e informações confiáveis: Tanto o desenvolvimento como a implementação da Política Urbana Nacional deve ser baseada em investigação e pesquisa relevantes sobre políticas públicas e dados urbanos/territoriais relevantes. A falta de base de dados confiáveis ou mesmo dados provisórios confiáveis pode revelar-se um fator complicador ou inibidor para a realização tanto do monitoramento quanto da avaliação de uma Política Urbana Nacional, como da sua concepção e implementação. A falta de dados urbanos/territoriais confiáveis (como mapas cadastrais) é uma restrição que afeta o desenvolvimento da política urbana relevante em muitos países e, portanto, seria necessário estimular e apoiar a colaboração entre os institutos nacionais de estatística, governo e organizações da sociedade civil para a produção e utilização de dados localizados. A coleta de dados urbanos/territoriais localizados pode ser feita através de





métodos como o autocadastramento de pessoas e atividades, incluindo assentamentos informais e favelas. O estabelecimento de mecanismos globais, tais como um painel internacional e independente, é altamente recomendável para estimular investigação e pesquisa relacionada com estas políticas e a obtenção de dados confiáveis sobre questões urbanas para apoiar o desenvolvimento de uma Política Urbana Nacional e, mais amplamente, a implementação da Nova Agenda Urbana.

- c. O monitoramento participativo envolvendo as partes interessadas: A fim de facilitar um processo de monitoramento de políticas aberto e participativo, é recomendado o uso de técnicas de monitoramento e avaliação participativas para garantir que o processo seja aberto a todas as partes e agentes interessados.
- d. Conectar o monitoramento da Política Urbana Nacional com os esforços globais de monitoramento: Há uma oportunidade para o monitoramento dos resultados ser estreitamente ligado ao sistema de informes dos ODS. Como demonstrado na seção abaixo, muitos aspectos de uma Política Urbana Nacional estão claramente relacionados com metas e indicadores ODS (incluindo os seus qualificadores).

5.4 Ligações com a Agenda 2030

Como destacado acima, uma Política Urbana Nacional é uma ferramenta poderosa para o governo planejar e dirigir as muitas facetas da urbanização, e para que possa ser um contribuinte líquido para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Assim, uma política tem a capacidade de influenciar e afetar muitas metas dos ODS. Como processo, a Política Urbana Nacional será capaz de ancorar e influenciar muitas dimensões do desenvolvimento sustentável, como o controle da poluição do ar e regulação. A Tabela 1 contém exemplos das metas dos ODS para as quais existem ligações diretas com os resultados da Política Urbana Nacional e para a qual os resultados de uma política podem ser utilizados para definir indicadores.

Objetivos	Metas
Objetivo 1: Erradicação da Pobreza	Metas 1.4 e 1.5: segurança e resiliência da posse da terra
Objetivo 2: Segurança Alimentar, Nutrição e Agricultura	Metas 2.3. e 2.a: segurança da posse da terra e interligações entre o espaço urbano e rural
Objetivo 3: Saúde Objetivo 5: Gênero	Metas 3.9 poluição, 3.6 mortalidade rodoviária, 3.8 acesso a sistema/seguro de saúde universal, 3.9 produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo. Meta 5.2.: segurança e 5.a propriedade e controle das terras
Objetivo 6: Água	Metas 6.1 e 6.2: acesso a água potável e saneamento
Objetivo 7: Energia	Metas 7.1, 7.2 e 7.3: acesso a energias renováveis e eficiência





	energética
Objetivo 8: Crescimento Econômico e Empregabilidade	Metas 8.3, 8.5 e 8.6: criação de emprego, condições decentes e desemprego dos jovens
Objetivo 9: Infraestrutura e Industrialização	Metas 9.1, 9.4 e 9.a: acesso a e melhoria de infraestrutura financeira
Objetivo 10: Redução de desigualdades	Meta 10.4 Leis discriminativas
Objetivo 11: Cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	Metas de 11.1-11.7 e 11.a-11.c
Objetivo 12: Consumo e Produção Sustentáveis	Meta 12.5: gestão de resíduos
Objetivo 13: Mudança climática Objetivo 14: Oceanos	Metas 13.1: resiliência e capacidade adaptativa; 13.b capacidade para planejamento e gestão efetivos relacionados às mudanças climáticas. Metas 14.1 poluição marinha e 14.5 preservação das zonas costeiras
Objetivo 15: Ecossistemas terrestres	Meta 15.9: Até 2020, integrar valores dos ecossistemas e da biodiversidade no planejamento nacional e local, e nos processos de desenvolvimento.
Objetivo 16: Sociedades Pacíficas e Instituições Inclusivas	Metas 16.7 e 16.a: subsidiariedade governamental e reforço da capacidade institucional, 17.b leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável
Objetivo 17: Meios de implementação e parceria para o desenvolvimento sustentável	Metas 17.14 Coerência das políticas de desenvolvimento sustentável; 17.17 Parcerias eficazes de sociedade pública, público-privada e civil, com base na experiência e financiamento de estratégias de parcerias.

O Acordo de Paris na Conferência sobre Mudança Climática das Nações Unidas (COP21) trouxe à superfície a necessidade de combater as mudanças climáticas e de lutar por um futuro sustentável e resiliente. Com mandatos importantes sobre áreas urbanas provenientes de ambos os ODS e COP21, a importância de uma Política Urbana Nacional como uma ferramenta para o governo e como um indicador de desenvolvimento urbano positivo deve continuar a ser reconhecida.

Esta seção destacou questões fundamentais relacionadas com o desenvolvimento, a implementação e o monitoramento de uma Política Urbana Nacional. A próxima seção irá destacar as principais recomendações do Painel de Especialistas para a Nova Agenda Urbana.





6. CONCLUSÃO

O painel de especialistas recomenda que cada país se encarregue da elaboração de uma Política Urbana Nacional. Tais políticas terão diversos modelos institucionais, no entanto, o aproveitamento da urbanização para todos por meio de um processo político deverá levar em consideração as 10 recomendações seguintes:

1. **Acordos Internacionais.** A Política Urbana Nacional é de comprovadamente grande valor para a implementação da Agenda Habitat e deve ser integrada como um instrumento crítico para a efetivação da Nova Agenda Urbana. A base normativa da Política Urbana Nacional deverá refletir acordos internacionais existentes, incluindo:
 - a. Declaração Universal de Direitos Humanos
 - b. Acordo de Paris
 - c. Marco de Sendai
 - d. Agenda 2030 e as Objetivos Globais

2. **Modelo Institucional:** A Política Urbana Nacional não se limita a um processo governamental, contudo, o modelo institucional da Política Urbana Nacional deve criar canais de participação e ter em conta a necessidade de se promover mudanças de grau elevado, incluindo: reforma legal, alocação de recursos fiscais, produção de informação integral sobre o sistema urbano (formal e informal) e planejamento e desenho urbanos integrados e de longo prazo, elaborados para se estender além do ciclo político. A habilidade dos legisladores de produzirem as reformas regulatórias demandadas será demonstrada pela qualidade do quadro normativo. Uma legislação efetiva deve apresentar propósitos claros, introduzir normas e mecanismos de execução consistentes e cuidadosamente elaborados e regras e obrigações precisos. Por fim, a Política Urbana Nacional deverá permitir o monitoramento e avaliação sistemáticos dos resultados da legislação. A implementação de uma Política Urbana Nacional baseada em evidências requer investimento em serviços públicos, pesquisa, currículos universitários e oportunidades educacionais.

3. **Liderança:** É necessário que haja liderança política formal e informal por parte do governo e/ou de outras partes e atores interessados para que a legitimidade do processo da Política Urbana Nacional e a efetividade de sua implementação sejam asseguradas.

4. **Inclusão e equidade:** A Política Urbana Nacional deve ser inclusiva e permitir que as partes interessadas se envolvam no processo, assegurando que todas as vozes sejam ouvidas. Os resultados e impactos precisam promover igualdade, alcançar os mais vulneráveis, aqueles em maior risco, e a população urbana pobre.

5. **Sustentabilidade e resiliência:** A Política Urbana Nacional deve abordar dinâmicas sociais, econômicas e ecológicas e sua interação no contexto territorial.





6. **Questões prioritárias:** A Política Urbana Nacional deve ser centrada nas pessoas e precisa complementar e não reproduzir estratégias setoriais fortes em áreas de infraestrutura, água, energia, saúde, educação, moradia e políticas de inclusão econômica e social. Idealmente, a Política Urbana Nacional abordará as relações territoriais, fiscais e institucionais entre os setores. A política precisa salvaguardar os interesses e direitos das gerações presentes e futuras, devendo ter em mente os impactos das escolhas políticas nos ecossistemas naturais. Uma Política Urbana Nacional provê a plataforma ou processo de informação para mediar as prioridades de curto e longo prazos através das escalas territoriais, permitindo que decisões difíceis sejam debatidas e comunicadas com o público.

7. **Coordenação:** A Política Urbana Nacional deve enfatizar e facilitar a coordenação institucionalizada e informal, além de colaborar com a relação entre diferentes atores, setores e funções em todas as escalas e sistemas das cidades. A coordenação deve considerar interesses territoriais nacionais, incluindo o continuum rural-urbano e as dinâmicas e questões de urbanização metropolitanas, regionais e supranacionais.

8. **Capacidade:** Para ser efetivo, um processo de elaboração de uma Política Urbana Nacional requer preparação, um anfitrião institucional, treinamento e oportunidades de intercâmbio de aprendizado entre pares, nacional e internacionalmente, entre governos e outras partes e atores interessados. Monitoramento interno e avaliação efetivos deverão ser incluídos no processo.

9. **Comunicação:** A Política Urbana Nacional deve empregar uma estratégia de comunicação multimídia que seja compreensiva e transparente, além de direcionada à informação de todos os servidores públicos, residentes, mídia e outras partes interessadas, dentro e fora das fronteiras nacionais. A estratégia de comunicação da Política Urbana Nacional também deve ser usada para promover ampla divulgação da natureza integrada do desenvolvimento urbano.

10. **Dados e Informação:** A Política Urbana Nacional deve se basear nos dados qualitativos e quantitativos mais atuais e abrangentes. O processo de elaboração da Política Urbana Nacional pode ser aproveitado para promover o aperfeiçoamento dos sistemas de levantamento de dados e o desenvolvimento de dados novos e adicionais para aprimorar a desagregação (ex. gênero e idade), a cobertura (setor e geografia) e a interoperabilidade de dados. Deve-se conferir específica atenção à enumeração, cadastro e expansão da visibilidade de todos os aspectos da informalidade urbana. Dados coletados para a Política Urbana Nacional devem ser de acesso livre e integráveis a sistemas de dados globais e locais.





APÊNDICE I: RESPOSTAS AOS COMENTÁRIOS DE ESTADOS MEMBROS E PARTES INTERESSADAS SOBRE O ARCABOUÇO DE POLÍTICAS UP3

Os especialistas e colíderes da Unidade de Políticas nº3 gostariam de agradecer aos Estados Membros e partes interessadas que submeteram comentários sobre o documento do Arcabouço de Políticas UP3. Os comentários foram bastante perspicazes, extremamente valiosos e sem dúvida acrescentaram grande valor ao Documento de Políticas. A fim de proceder à sintetização e à incorporação dos comentários ao Documento de Políticas, membros da Unidade de Políticas nº3 reviram e responderam aos referidos comentários. As respostas podem ser encontradas nas tabelas a seguir.





Colômbia

Comentários (Espanhol)	Comentários (Tradução Português)	Respostas aos Comentários
<p>I. Comentarios generales</p> <ul style="list-style-type: none"> · El gobierno de Colombia agradece al policy unit y a los expertos que apoyaron la elaboración del policy paper reconociendo que se trata de un documento en construcción. · Se recomienda el diálogo y la coordinación de los policy units dado que los temas y subtemas abordados se reflejan también en otros policy papers. · Sugerimos que las versiones finales de todos los policy papers sigan de manera estricta el mismo formato, facilitando su lectura y análisis de información organizada de manera homogénea. · Sugerimos que al final de cada policy paper se identifique de manera sucinta, los elementos estructurales (building blocks) clave que podrían hacer parte del future borrador cero de la Nueva Agenda Urbana. 	<p>I. Comentários gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> · O Governo da Colômbia agradece à Unidade de Políticas e aos especialistas que apoiaram a elaboração do documento de políticas, reconhecendo que se trata de um documento ainda em construção. · Recomendamos o diálogo e a coordenação das unidades de políticas, uma vez que os temas e subtemas abordados também se refletem em outros documentos de políticas. · Sugerimos que as versões finais de todos os documentos sigam estritamente o mesmo formato, facilitando sua leitura e a análise de informação organizada de maneira homogênea. · Sugerimos que ao final de cada documento de políticas se identifiquem, de maneira sucinta, os elementos estruturais chave (“building blocks”) que poderiam fazer parte da futura Versão Zero da Nova Agenda Urbana. 	<p>Agradecemos pelos seus comentários. Ainda que a coordenação entre Unidades de Políticas esteja fora de nossa alçada, uma vez que se relaciona ao processo da Habitat III, encaminharemos esta recomendação à Secretaria Geral da Habitat III e/ou a outras Unidades de Políticas.</p> <p>Agradecemos pela sugestão de que os elementos estruturais a integrem a Versão Zero sejam destacados. Por favor, consulte as Observações Finais e Recomendações-Chave, onde nos esforçamos para fazê-lo.</p>
<p>II. Comentarios puntuales al contenido del policy paper</p> <ul style="list-style-type: none"> · El documento se enmarca de manera adecuada al hacer una delimitación temática y conceptual de lo que se entiende por Política Nacional 	<p>II. Comentários específicos ao conteúdo do documento de políticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> · O documento está enquadrado adequadamente ao delimitar temática e conceitualmente o que se entende por Política Urbana Nacional (PUN) e o 	<p>a) A Unidade de Políticas foi encarregada pela Secretaria Geral da Habitat III para a revisão dos processos de urbanização. Nós antevimos e advogamos para o crescimento das cidades, também tendo reconhecido que existem</p>



<p>Urbana (PNU) y de lo que se abordará a lo largo del documento.</p> <ul style="list-style-type: none">· La revisión y comentarios a los elementos estructurados en los issue papers es una herramienta útil e ilustrativa del ámbito de trabajo del policy paper.· El paper parte de la base de que el crecimiento de la población urbana y de las ciudades es un hecho y no cuestiona en ningún momento si este proceso se debe seguir promoviendo o no. Puede haber países que decidan limitar el crecimiento de población urbana y promover que se mantenga la población rural. Adicionalmente, la estrategia de crecimiento verde del país, en línea con la Agenda 2030 y sus Objetivos de Desarrollo Sostenible, hace necesario considerar la articulación ciudad-campo como un elemento central en la construcción de la PNU. <p>Identificación de retos:</p> <ul style="list-style-type: none">· Los retos planteados en el documento son puntuales y cuentan con el desarrollo necesario para hacerlos comprensibles. Adicionalmente, logran de manera balanceada ser específicos, respetando y previendo la diversidad y las diferencias en los contextos y las capacidades de	<p>que se abordará ao longo do documento.</p> <ul style="list-style-type: none">· A revisão e os comentários aos elementos estruturados nos documentos temáticos são uma ferramenta útil e ilustrativa do âmbito de trabalho do documento de políticas. <p>a) O documento presume que o crescimento das cidades e da população urbana é um fato e não questiona em momento algum se este processo deve continuar sendo promovido ou não. Alguns países podem decidir limitar o crescimento da população urbana e promover, ao invés, a população rural.</p> <p>b) Adicionalmente, a estratégia de crescimento verde do país, alinhada com a Agenda 2030 e as Metas de Desenvolvimento Sustentável, demandam que a ligação entre os espaços urbano e rural seja considerada um elemento central à construção da Política Urbana Nacional.</p> <p>Identificação de desafios:</p> <ul style="list-style-type: none">- Os desafios levantados no documento são oportunos e possuem a elaboração necessária à compreensão. Ademais, eles são especificamente balanceados, respeitando e provendo diversidade em diferentes contextos e capacidades de diferentes Estados.	<p>diferentes dinâmicas de crescimento, tais como o encolhimento de cidades.</p> <p>Embora seja verdade que a tendência mundial de globalização não seja questionada, nós enfatizamos que consideramos que o processo de urbanização fornece excelentes oportunidades para desenvolvimento (econômico, ambiental e social). Além disso, nós também nos esforçamos para enfatizar no documento a existência de um ‘continuum’ rural-urbano. Reconhecemos que necessitamos aperfeiçoar e enfatizar este conceito na versão final do documento. Por favor, consulte os parágrafos 34 e 52 e a Recomendação-Chave 7, que destaca a necessidade de coordenação e colaboração que incluam áreas rurais. Adicionalmente, favor consultar o Parágrafo 43, que destaca a necessidade de que a Política Urbana Nacional enfrente os desafios de adaptação e resiliência, além de reconhecer o papel fundamental de áreas rurais.</p>
--	--	--



<p>los diferentes Estados.</p> <ul style="list-style-type: none">· La política del Sistema de Ciudades de Colombia es tomada como un ejemplo de política nacional urbana.· Se destaca como un aporte significativo que la gobernanza territorial y la interacción con el orden nacional no se resalte como un reto en sí mismo, sino como una relación que en cada contexto se debe diseñar conforme a las necesidades. En este sentido es fundamental el reto de balancear una aproximación bottom-up y top-down en el desarrollo de las políticas nacionales urbanas.· Se sugiere identificar como un reto y como un elemento relevante de las políticas nacionales urbanas el balance que requiere el desarrollo sostenible en los temas ambientales, económicos y sociales. Si bien cada país y cada territorio tiene unos objetivos y un contexto específico, una planeación urbana que trasciende la comprensión física del espacio requiere un balance entre estos aspectos y para lo que se necesita una orientación dentro de los parámetros de flexibilidad y predictibilidad. · En este contexto, la identificación de varios objetivos y metas de la Agenda 2030 que son relevantes para la	<ul style="list-style-type: none">- A Política do Sistema de Cidades da Colômbia é tomada como um exemplo de política nacional urbana.- Destaca-se como uma contribuição significativa que a governança territorial e a interação com a ordem nacional não se ressaltam como um desafio, mas como uma relação em que se deve desenhar em cada contexto conforme as necessidades. Neste sentido, o objetivo é fundamentalmente o equilíbrio entre abordagen bottom-up e top-down no desenvolvimento de políticas urbanas nacionais. <p>a) Sugerimos a identificação como um objetivo e como um elemento importante das políticas urbanas nacionais o equilíbrio que o desenvolvimento sustentável requer nos temas ambientais, econômicos e sociais. Ainda que cada país e cada território tenham objetivos e contextos específicos, um planejamento urbano que transcenda a compreensão física do espaço requer um equilíbrio entre estes aspectos e as orientações necessárias dentro dos parâmetros de flexibilidade e previsibilidade.</p> <p>b) Neste contexto, a identificação de vários</p>	<p>a) Concordamos inteiramente com este comentário e nos esforçamos ainda mais para fazer esta conexão no Documento de Políticas. Por favor, consulte os parágrafos 41, 43, 50 e 90.</p> <p>b) Por favor consulte a seção sobre a Agenda 2030, parágrafo 97, e as Observações Finais e Recomendações-Chave, onde nos esforçamos para articular como o processo de uma Política Urbana Nacional pode contribuir para a implementação da Nova Agenda Urbana.</p> <p>c) Temos nos esforçado para abordar estes</p>
---	--	---



<p>formulación de una PNU en el acápite d.1 es muy positiva.</p> <p>Resaltar explícitamente cómo opera cada una de las interrelaciones identificadas en la lista podría fortalecer el documento, y contribuir a mostrar ejemplos concretos de la naturaleza integrada de la Agenda 2030. · Celebramos la identificación en el acápite d.2 de una lista de indicadores que pueden ser tenidos en cuenta. Sugerimos que el tema de los vínculos entre las áreas urbanas y rurales y el continuum urbano-rural sean tenidos en cuenta no sólo en el indicador sobre organización territorial, sino también en aquellos que hacen referencia a medio ambiente, infraestructura y servicios, conectividad, y calidad de vida. El éxito de una PNU en todos estos ámbitos depende de una adecuada consideración de los vínculos urbano-rurales.</p>	<p>objetivos e metas da Agenda 2030 que são relevantes à formulação de uma PUN na seção D.1 é muito positiva. Destacar explicitamente como opera cada uma das inter-relações identificadas na lista fortaleceria o documento e ajudaria a mostrar exemplos concretos da natureza integrada da Agenda 2030.</p> <p>c) Congratulamos a identificação de uma lista de indicadores a serem considerados na seção D.2. Sugerimos que o tema dos vínculos entre áreas urbanas e rurais e o ‘continuum’ rural-urbano sejam levados em conta, e não apenas o indicador de organização territorial, mas também os que se referem ao meio ambiente, infraestrutura e serviços, conectividade e qualidade de vida. O sucesso de uma Política Urbana Nacional depende da consideração de maneira adequada às interligações entre o espaço urbano e rural.</p>	<p>pontos. Por favor, consulte a lista do Parágrafo 5, que destaca qualidade de vida como o objetivo maior da Política Urbana Nacional. Consulte a seção das Prioridades-Chave para a Política Urbana Nacional, Parágrafo 52, que inclui as interligações entre o espaço urbano e rural, infraestrutura e conectividade. Consulte a lista de qualificadores-chave no Parágrafo 53.</p>
<p>Identificación de prioridades:</p> <p>· En la identificación de retos el documento hace un trabajo muy relevante en delimitar a la vez los aspectos prioritarios que se debe tener en cuenta en la política nacional urbana. · El aparte del documento se orienta a dar criterios para la definición de las prioridades de cada política se</p>	<p>Identificação de prioridades:</p> <p>a) Ao identificar os desafios, o documento faz o trabalho muito importante de delimitar dois aspectos prioritários que devem ser considerados na Política Urbana Nacional. A seção do documento que tem por objetivo estabelecer os critérios para a definição das prioridades de cada</p>	<p>b) Concordamos integralmente com as recomendações e com a importância de equilibrar os aspectos econômicos, sociais e ambientais nas considerações das prioridades políticas. Toda política deve ser considerada através destas três lentes. Por favor, consulte a Seção Três para discussões adicionais sobre os</p>



<p>considera un esfuerzo muy valioso y útil para orientar la definición de las políticas nacionales, siendo respetuoso de los contextos y las metas nacionales y territoriales. · Se recomienda incluir en los criterios para la definición de las prioridades de cada política la identificación de necesidades y la búsqueda de un balance entre los aspectos físicos, económicos, sociales y ambientales. Esto es coherente con la visión que el policy paper tiene del poder transformativo de las políticas urbanas, y la capacidad que estas políticas tienen de aportar a la implementación de la Agenda 2030</p>	<p>política é considerada muito valiosa e útil para guiar a definição das políticas nacionais, respeitando os contextos e metas nacionais e regionais.</p> <p>b) Recomenda-se a inclusão nos critérios para definição das prioridades de cada política a identificação de necessidades e a busca de um equilíbrio entre os aspectos físicos, econômicos, sociais e ambientais. Isto é consistente com a visão de que o documento de políticas tem o papel transformativo das políticas urbanas, e a habilidade de tais políticas de contribuir para a implementação da Agenda 2030.</p>	<p>processos de priorização de opções políticas na PUN.</p>
<p>La lista de transformaciones identificadas en el aparte b.1 también es particularmente útil como visión a la que debería apuntar una PNU. Las transformaciones deben incluir, además de las identificadas, la necesidad de un enfoque que tenga en cuenta las relaciones urbano-rurales. Fortalecer la colaboración entre jurisdicciones debe incluir no solo a las áreas metropolitanas sino a las administraciones de municipios rurales con relaciones particularmente significativas para las ciudades correspondientes; y el mejoramiento de la calidad de vida de los habitantes de las ciudades depende directamente de un vínculo</p>	<p>A lista de mudanças identificadas na Seção B.1 também é particularmente útil como um objetivo a que a PUN deve apontar. A transformação deve incluir, além das identificadas, a necessidade de uma abordagem que leve em consideração as interligações entre o espaço urbano e rural.</p> <p>Fortalecer a colaboração entre jurisdições deve incluir não apenas as áreas metropolitanas, mas também as administrações de municípios rurais, com relações particularmente significativas para as cidades correspondentes. O melhoramento da qualidade de vida dos habitantes das cidades</p>	<p>Temos nos esforçado para dar ênfase ao continuum rural-urbano.</p> <p>Também temos nos esforçado para fortalecer ideias de colaboração nas esferas nacional e metropolitanas, e entre cidades pequenas e médias e o ambiente rural. Por favor, consulte os Parágrafos 23, 52, 63 e 85 e a Recomendação-Chave n. 7 para discussões adicionais de colaborações através da PUN.</p>



<p>urbano rural sostenible. La lista de prioridades identificada en el policy paper (aparte b.2) es bastante acotada y sustantiva, lo que constituye un aporte a la definición de la Agenda Hábitat.</p>	<p>depende diretamente de um vínculo urbano-rural sustentável. A lista de prioridades identificada no Documento de Políticas (seção b.2) é bem delimitada e substantiva, constituindo uma contribuição à definição da Agenda Habitat.</p>	
<p>Una de las prioridades nacionales para la Conferencia Hábitat III guarda relación con las prioridades 3, 4 y 5. En este sentido, estimamos que es esencial el reconocimiento y fortalecimiento de las relaciones urbano-rurales, el reconocimiento de las áreas rurales y del continuum urbano-rural como elementos clave para abordar la urbanización de los países y las dinámicas de aglomeración. Adicionalmente, consideramos fundamental tener en cuenta las relaciones urbano-rurales también con relación a la prioridad 1 sobre conectividad. Es necesario que las ciudades estén conectadas entre sí, pero también con las zonas rurales de las que dependen para el abastecimiento de servicios ambientales y bienes agrícolas de consumo, entre otros.</p>	<p>Uma das prioridades nacionais para a Conferência Habitat III guarda relação com as prioridades 3, 4 e 5. Neste sentido, acreditamos que são essenciais o reconhecimento e fortalecimento das interligações entre o espaço urbano e rural, e o reconhecimento das áreas rurais e do continuum rural-urbano como elementos chave para abordar a urbanização dos países e as dinâmicas de aglomeração.</p> <p>Adicionalmente, é crucial que se considerem as relações interligações entre o espaço urbano e rural com relação à prioridade 1 sobre conectividade. É necessário que cidades estejam conectadas entre si, mas também com as áreas rurais das quais dependem para o suprimento de serviços ambientais e produtos agrícolas, entre outros.</p>	<p>Temos nos esforçado para fortalecer as ideias de conectividade em termos de transporte, comunicação social, fluxo econômico, entre outros, entre as esferas nacional e metropolitana, cidades pequenas e médias e áreas rurais. Por favor, consulte os parágrafos 6, 34, 35 e 52, além da Recomendação-Chave 7.</p>
<p>También con relación a las prioridades, consideramos apropiado resaltar que la sostenibilidad ambiental de las acciones de las</p>	<p>Ainda com relação às prioridades, consideramos apropiado enfatizar que a sustentabilidade ambiental das ações das cidades inclui</p>	<p>a) É pertinente a observação de que a formulação e o monitoramento da Política Urbana Nacional devem ser feitos com base nas prioridades e</p>



<p>ciudades incluye la responsabilidad de las acciones de las ciudades frente a los impactos ambientales que producen en las zonas rurales, de las que dependen, además, para la propia sostenibilidad. El ejemplo más evidente es el de la producción del agua potable, su uso en la ciudad y la disposición de aguas servidas. La lista sugerida de metas (en el aparte d) podría estar mejor ubicada en el aparte de implementación en tanto está dirigida a medir y promover que los países inicien el proceso de desarrollo de una política nacional urbana, y continúen con la formulación y el monitoreo de la misma conforme a sus prioridades y capacidades nacionales.</p>	<p>responsabilidade pelos impactos ambientais causados pelas ações das cidades em áreas rurais, das quais as cidades dependem para a própria sustentabilidade. O mais notório exemplo é a produção de água potável, seu uso na cidade e a eliminação de águas residuais.</p> <p>a) A lista de metas sugeridas (na seção d) poderia estar melhor alocada na seção de implementação, uma vez que se direciona a medir e promover o processo de elaboração de uma Política Urbana Nacional pelos países, e que estes continuem com a formulação e o monitoramento da mesma conforme suas prioridades e capacidades nacionais.</p>	<p>capacidades de cada país. Por favor, consulte o Parágrafo 50, que destaca que o processo de priorização deve se basear em capacidades realísticas, entre outros. Por favor, consulte a Seção Cinco, Parágrafos 91 e 92, para sugestões sobre como projetar e implementar uma Política Urbana Nacional que possa ser adotada considerando o contexto.</p>
<p>Implementación</p> <p>· Las recomendaciones para la acción contenidas en este aparte son aportes sustantivos a la definición de la Agenda Hábitat III y para que los Estados que aún no han iniciado el proceso de consolidar una política nacional urbana, o los que están en proceso de diseño, implementación y seguimiento; tengan lineamientos concretos para considerar en dicho proceso.</p>	<p>Implementação</p> <p>- As recomendações para ação aqui contidas são contribuições substantivas para a definição da Agenda Habitat III e para que Estados que ainda não tenham iniciado o processo de consolidação de uma Política Urbana Nacional, ou que estejam em processo de elaboração, implementação e monitoramento, tenham orientações específicas a considerar neste processo.</p>	
<p>Considerando que este policy paper tiene una identificación clara de los</p>	<p>Considerando que este documento de políticas ofrece una identificación clara dos desafios,</p>	<p>Agradecemos pelos comentários. A respeito da sugestão de trabalho com outras unidades de</p>



<p>retos, las prioridades y la implementación, se recomienda que se trabaje en una propuesta sobre cómo el contenido del documento puede ser integrado de manera transversal a los demás asuntos que son abordados en la agenda multilateral de Hábitat III, y con plena consideración de que se trata de una agenda acotada y orientada a la acción.</p>	<p>prioridades e implementação, recomendamos que se trabalhe numa proposta sobre como o conteúdo do documento possa ser integrado extensivamente aos demais temas abordados pela agenda multilateral da Habitat III, com total consideração ao fato de que se trata de uma agenda delimitada e orientada à ação.</p>	<p>políticas, a estrutura do processo foi determinada pela Secretaria Geral da Habitat III. Por favor, consulte a Seção Três, a qual considera que as prioridades para uma Política Urbana Nacional podem ser diversas e abranger a totalidade dos temas das diferentes unidades de políticas, contudo, é essencial que a priorização de tais temas se dê em nível nacional.</p>
	<p>* A tradução pode não representar uma interpretação precisa do texto original</p>	

Ecuador

Comentários (Espanhol)	Comentários (Tradução Português)	Respostas aos comentários
<p>GOBERNANZA URBANA</p>	<p>Governança Urbana</p>	
<p>Dentro de los retos se menciona que las políticas urbanas nacionales relacionadas al transporte y la movilidad deben enmarcarse dentro de un contexto más amplio ya que deben considerar los temas de vivienda, uso del suelo y políticas de desarrollo urbano a una escala</p>	<p>Entre os desafios mencionados, políticas urbanas nacionais relacionadas a transporte e mobilidade devem se incluir em um contexto mais amplo, que considere as questões de habitação, uso da terra, políticas de desenvolvimento urbano numa escala metropolitana (definida como assentamentos e atividades humanas, e não puramente limites</p>	<p>Por favor, consulte os Parágrafos 32 e 33 sobre planejamento de uso da terra e parágrafo 39 sobre moradia.</p> <p>Observamos que o setor de transporte e mobilidade deve considerar as políticas de moradia, uso da terra e desenvolvimento urbano, e a ideia de colaboração</p>



<p>metropolitana (definida esta como asentamientos y actividad humana y no netamente como límites político administrativos). Pese a ello, en las secciones de prioridades e implementación no se retoma dicho tema a pesar de que en el contexto de grandes aglomeraciones urbanas, la planificación del uso del suelo y la planificación de la movilidad y transporte son campos donde debería haber mucha coordinación y cooperación mutua. Estos dos campos son el perfecto ejemplo de políticas complementarias, donde la efectividad de las políticas en un campo depende fuertemente en las políticas que se tomen en el otro campo. En el mismo contexto, el Gobierno del Ecuador considera que se debería hacer énfasis en que es esencial fomentar la coordinación entre las agencias responsables de la planificación del transporte y movilidad con la entidad encargada de la planificación del suelo, especialmente en las ciudades con altas tasas de crecimiento demográfico y mancha urbana. Por otra parte, a pesar que el documento sobre la política urbana</p>	<p>políticos e administrativos). Contudo, nas sessões de prioridade e implementação, este tópico não é retomado, ainda que no contexto de grandes centros urbanos, o planejamento do uso da terra e o planejamento de mobilidade e transporte sejam áreas em que deveria haver muita coordenação e cooperação mútua. Estas duas áreas são perfeitos exemplos de políticas complementares, em que a eficácia de políticas num país depende fortemente de políticas que se adotem em outros campos. Neste mesmo contexto, o Governo do Equador considera que se deveria enfatizar que é essencial promover coordenação entre agencias responsáveis pelo planejamento de transporte e mobilidade com agências responsáveis pelo planejamento do uso da terra, especialmente em cidade com altas taxas de crescimento demográfico e expansão urbana. Ademais, ainda que o documento sobre a Política Urbana Nacional aborde o tema de cidades inclusivas, este fala em termos muito gerais sobre desigualdade e exclusão. Recomendamos que este tema seja aprofundado, considerando que o principal objetivo de cidades inclusivas é garantir a inclusão de todas as pessoas, em especial aquelas em situação de vulnerabilidade.</p>	<p>e conectividade entre essas áreas é crítica. Por favor, consulte os Parágrafos 26 e 53 e Recomendações-Chave 6 e 7 para comentários extras sobre a importância de coordenação vertical e horizontal e colaboração na Política Urbana Nacional.</p> <p>É reconhecido que a inclusão pode ser um desafio para a Política Urbana Nacional. Por favor, consulte o Parágrafo 29. A Unidade de Políticas também reconhece inclusão como uma prioridade, favor consultar o Parágrafo 53.</p>
--	---	--



<p>nacional, aborda el tema de ciudades inclusivas, se habla de forma muy general sobre la desigualdad y la exclusión, es por esto que se recomienda profundizar en el tema, considerando que el principal objetivo de las ciudades inclusivas es garantizar inclusión de todas las personas, en especial de aquellos en condiciones de vulnerabilidad.</p>		
<p>El texto menciona que el recientemente aumento del interés por gobernar las ciudades no como unidades administrativas sino con base en la funcionalidad económica que ejercen en el territorio y que los niveles superiores de gobierno pueden tener un rol importante a la hora de facilitar la cooperación inter-jurisdiccional que se necesita para mejorar la integración regional en complejas áreas metropolitanas. En esta línea, el Gobierno del Ecuador sugiere agregar en la sección de implementación diferentes tipos de esquemas asociativos para la integración regional, como las mancomunidades. Una de las razones que hacen conveniente la conformación de esquemas asociativos en</p>	<p>O texto menciona que o recente aumento do interesse de gobernar as cidades não como unidades administrativas, mas com base na funcionalidade econômica que praticam no território e em níveis superiores de governo, podem ter um papel importante na hora de facilitar a cooperação interjurisdiccional necessária à melhoria da integração regional em áreas metropolitanas complexas. A este respeito, o Governo do Equador sugere a adição de diferentes tipos de esquemas de parceria na seção de implementação, tais como associações. Uma das razões que tornam apropriada a conformação de esquemas associativos no gerenciamento do território é que estes mecanismos são mais adequados ao aproveitamento das potencialidades, à eficiência da gestão e à superação de entraves no gerenciamento do território, o que</p>	<p>É devidamente considerada a importância de vários esquemas de parceria para a integração regional. Consulte o Parágrafo 53, que sugere a necessidade de priorização da institucionalização de mecanismos de colaboração, tais como conselhos, comissões, grupos de trabalho, painéis intergovernamentais, etc.</p>



<p>la gestión territorial es que estos mecanismos son más idóneos para aprovechar las potencialidades, hacer más eficiente la gestión y superar cuellos de botella en la gestión de un territorio, que normalmente va más allá de los límites de cada entidad territorial.</p>	<p>normalmente vai além dos limites de cada entidade territorial.</p>	
	<p>* A tradução pode não representar uma interpretação precisa do texto original</p>	

União Europeia

Comentários Gerais	Respostas aos Comentários
<p>A título de comentário geral a respeito dos papéis políticos, deve-se notar que há uma considerável sobreposição das prioridades apresentadas. Assim, é necessário que haja um alinhamento de tais prioridades sobrepostas, a fim de assegurar uma abordagem coerente e coordenada a questões que são</p>	<p>Agradecemos por seus comentários. Embora questões relativas à coordenação entre unidades de políticas fujam de nosso alcance, uma vez que estão relacionadas ao processo geral da Habitat III, nós encaminharemos esta recomendação à Secretaria-Geral da Habitat II</p>



<p>importantes sob mais de uma área, criando, deste modo, o cenário para um conjunto de ações consistente no âmbito da Nova Agenda Urbana. A respeito da sugestão do estabelecimento de um painel de alto nível sobre urbanização, esta necessita ser avaliada cuidadosamente tendo-se em conta a necessidade de assegurar uma ligação efetiva entre a Nova Agenda Urbana e Agenda de Desenvolvimento Sustentável de 2030 e seus mecanismos de revisão.</p>	<p>e/ou outras unidades de políticas.</p>
<p>a) Uma boa governança urbana é possibilitada por um sistema legal e de políticas de nível central (Política Urbana Nacional), que simultaneamente permita que autoridades locais implementem as políticas urbanas nacionais, capacitando-as com um nível suficiente de autonomia para tomada de decisão, de acordo com o princípio da subsidiariedade. O sistema de governança de múltiplos níveis resultante deste processo requer vontade política de todos os escalões de governo. Coordenação intermunicipal tipicamente requer apoio de níveis mais altos de governo. Nos últimos anos, crescente atenção tem sido dada aos benefícios da gestão de cidades como economias funcionais em vez de unidades administrativas. O método das Regiões Urbanas Funcionais, aplicado no sistema de desenvolvimento regional da União Europeia, repousa em abordagens colaborativas baseadas no território, que permitem um relacionamento mais próximo entre os territórios e sua base econômica, combinando políticas de planejamento e desenvolvimento.</p> <p>b) Além dos desafios identificados pela Unidade de Políticas, é necessário que a Política Urbana Nacional, a fim de responder adequadamente aos desafios e oportunidades da urbanização, apoie a redução da pobreza urbana e promova o papel das cidades no desenvolvimento sustentável. No entanto, a falta de informação sobre a pobreza urbana é frequente, tanto no nível nacional quanto</p>	<p>a) É devidamente considerada a importância de que colaboração e coordenação sejam destacadas. Por favor, consulte os Parágrafos 23, 52, 63 e 85 e a Recomendação-Chave 7 para discussões aprofundadas sobre o fortalecimento da colaboração por meio da Política Urbana Nacional. Nós nos esforçamos para fortalecer as ideias de conectividade em termos de transporte, comunicações, fluxos econômicos e sociais entre as esferas nacional, metropolitana, cidades pequenas e médias e áreas rurais. Por favor, consulte os Parágrafos 6, 34, 35 e 53 e Recomendação-Chave 7. Por favor, consulte o parágrafo 34 para uma discussão sobre a AUF.</p> <p>b) Este comentário é muito relevante. Lidar com questões complexas como a redução da pobreza urbana é sem dúvida um desafio para a Política Urbana Nacional. Consulte o Parágrafo 19. Redução da pobreza urbana e melhoria da qualidade de vida são destacados no Quadro 1 e no Parágrafo 53.</p> <p>c) Reconhecemos a importância de que métodos qualitativos e quantitativos sejam usados, ainda que os desafios associados a ele sejam reconhecidos. Por favor, consulte o Parágrafo 53 e</p>



<p>no local, de modo que estudos abrangentes são necessários para que esta questão complexa seja adequadamente abordada na Política Urbana Nacional.</p> <p>c) Sugerimos que sejam adotados, no processo de elaboração da PUN, métodos de análise quantitativos e qualitativos para condução de adequada e efetiva avaliação do <i>status quo</i>, que deve cobrir diversas áreas.</p> <p>d) A definição da abrangência da PUN e o alcance de coordenação através de políticas setoriais necessitam ser sublinhados como altamente importantes. Políticas urbanas nacionais devem prover a estrutura para coordenação entre ministérios a fim de assegurar uma abordagem multisetorial para as cidades, e apoiar a cooperação entre governos nacional e local para a alocação de recursos necessária a intervenções públicas e privadas.</p>	<p>Recomendação-Chave 10 para uma discussão aprofundada sobre a necessidade de dados urbanos tanto qualitativos quanto quantitativos.</p> <p>d) É devidamente considerado o comentário ressaltando a importância da coordenação entre políticas intersetoriais. Consulte o Quadro 1, Ponto 1, Parágrafo 53 e Recomendação-Chave 6.</p>
<p>Em adição aos indicadores sugeridos, alguns critérios relevantes seriam: assegurar o uso de ferramentas de planejamento espacial; preparo de uma gestão integral da terra; proteção espaço público e preservação, restauração e reabilitação dos patrimônios natural e cultural.</p>	<p>Agradecemos pelos indicadores sugeridos. Por favor, consulte o Parágrafo 53, em que o espaço público e o patrimônio cultural estão listados como sugestões de prioridades para a Política Urbana Nacional.</p>
<p>Adicionalmente, em vez de “crescente orçamento local”, é importante que o orçamento local seja claramente definido.</p>	<p>Agradecemos pelo comentário. Por favor, consulte os Parágrafos 92 <i>b</i> e <i>c</i>, assim como o Documento de Políticas da Unidade de Políticas nº5 em Finanças e Sistema Fiscal Municipais.</p>
<p>Além da capacidade financeira e legislativa, prioridades políticas devem ser definidas tendo em conta uma interpretação realista da capacidade institucional, incluindo avaliação das habilidades técnicas e gerenciais dos recursos humanos existentes e da compreensão dos líderes nacionais, líderes políticos e outras partes interessadas a respeito do papel e do valor do desenvolvimento urbano sustentável.</p>	



<p>Nós concordamos inteiramente com o caráter transformador do processo de elaboração da Política Urbana Nacional (não apenas do resultado), e apoiamos a maioria das prioridades sugeridas, a exemplo da conectividade entre as cidades e a interação entre áreas urbanas, periurbanas e rurais (incluindo serviços de gestão de ecossistemas), e a necessidade de suporte por parte do governo central. Adicionalmente, Políticas Urbanas Nacionais necessitam focar numa definição clara de mecanismos financeiros que facilitem o acesso de autoridades nacionais e locais à recursos financeiros, a atração de investimentos internos e externos, o estabelecimento e aperfeiçoamento de geração de renda e sistemas de coleta a nível subnacional e o envolvimento com o setor privado de modo transparente e produtivo.</p>	<p>Agradecemos pelo comentário. Por favor, consulte os Parágrafos 28, 51 e 92b para discussões relacionadas à necessidade de sistemas financeiros fortalecidos e às capacidades financeiras de governos locais. Para mais informações, por favor consultar a Unidade de Políticas nº5 em Finanças e Sistema Fiscal Municipais.</p>
<p>Existe a necessidade de desenvolver e implementar mecanismos de monitoramento e avaliação (incluindo dados desagregados), para acompanhar e documentar o progresso e os impactos da Política Urbana Nacional, incluindo a necessidade de expansão e atualização das informações dos cadastros local e nacional.</p>	<p>Por favor, consulte os Parágrafos 92d e 97a, b e c a respeito dos mecanismos de monitoramento e avaliação. A necessidade de dados urbanos também é destacada na Recomendação-Chave 10.</p>
<p>Recomendações chave para ação devem ter por objetivo o “desenvolvimento urbano sustentável e integrado”. É extremamente importante a coordenação entre os vários departamentos/setores de governo, e entre governos local/nacional e outras partes e instituições relevantes interessadas. No entanto, esta coordenação deve ir além do compartilhamento e troca de informações, para incluir uma abordagem integrada de processos tomada de decisão, a fim de que cada setor reforce outros setores de diferentes departamentos.</p>	<p>Reconheçamos a importância de que processos de colaboração e coordenação sejam destacados. Por favor, consulte os Parágrafos 23, 52, 63 e 85 e Recomendação-Chave 7 para discussões aprofundadas sobre o fortalecimento de processos de colaboração por meio da Política Urbana Nacional. Nos esforçamos para reforçar as ideias de conectividade em termos de transporte, comunicações, fluxos econômicos e sociais, entre outros, entre as esferas nacional, metropolitana, cidades pequenas e médias e áreas rurais. Por favor, consulte os Parágrafos 6, 34, 35 e 52 e Recomendação-Chave 7.</p>



	<p>A coordenação entre setores e a Política Urbana Nacional complementar às políticas setoriais é destacada no Parágrafo 92c e nas Recomendações-Chave 6 e 7.</p> <p>Favor também consultar Parágrafos 64, 83 e 88 sobre a facilitação do diálogo e da institucionalização da participação através do processo da Política Urbana Nacional.</p>
<p>a) Outra peça fundamental para o sucesso é a existência de boas lideranças dentro dos governos nacional e local, que estejam cientes dos benefícios de curto e longo prazo do desenvolvimento urbano sustentável. Isto inclui, particularmente, o apoio a governos nacionais em desenvolvimento institucional (governança, organização administrativa, desenvolvimento de recursos humanos) e em reformas financeiras para dar suporte ao desenvolvimento e à implementação da Política Urbana Nacional.</p> <p>b) Tal apoio é necessário, particularmente, para promoção de parcerias bem estruturadas entre múltiplas partes interessadas, (setor privado, outras esferas de governo, sociedade civil, comunidades locais) nos processos de tomada de decisão e planejamento participativo. É igualmente necessário o suporte no estabelecimento de sistemas de gerenciamento de terra e planejamento apropriados, uma vez que estes são cruciais ao estabelecimento das condições necessárias para garantir a segurança da posse e à implementação mais efetiva das leis de planejamento locais e investimentos em serviços. São essenciais, a título de exemplo, o desenvolvimento e a implementação de um sistema de informação geográfica nacional e municipal e a efetiva coordenação das instituições envolvidas em urbanização e provimento de infraestrutura. Políticas</p>	<p>Por favor, consulte os Parágrafos 22 e 48 e a Recomendação-Chave 3, em que a liderança nacional é destacada como extremamente importante.</p>



Urbanas Nacionais também servem a fomentar atividades econômicas e oportunidades de emprego, assim como equidade e integração social, a fim de promover melhoria das condições de vida dos cidadãos e promover crescimento econômico inclusivo e sustentável para todos.	
Concordamos com as recomendações sobre recursos financeiros. A transparência dos processos orçamentários deve ser adicionada.	Por favor, consultar o Documento de Políticas da Unidade de Políticas nº5 sobre Finanças e Sistema Fiscal Municipais.
É necessária a adoção de um sistema legal e político claro e transparente para as parcerias público-privadas, a fim de alavancar os investimentos do setor privado.	A necessidade de entendimento do sistema legal, economia política e quadro institucional é destacada nos Parágrafos 91b e c. Favor também consultar o o Documento de Políticas da Unidade de Políticas nº5 sobre Finanças e Sistema Fiscal Municipais.
É igualmente essencial o estabelecimento ou a atualização de cadastros nacionais e locais que associem informações físicas e fiscais da terra nas cidades principais.	Por favor, consulte o Parágrafo 97b, que aborda a necessidade de dados urbanos.

Finlândia

Comentários	Respostas aos Comentários
<p>Prioridades-Chave para políticas urbanas nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none">- Políticas metropolitanas, cidades como unidades funcionais.- Interação entre áreas urbanas, periurbanas e rurais.- Gestão dos serviços ambientais.- Abordagem diferenciada e territorial.	<p>Por favor, consulte a Seção Três, particularmente o Parágrafo 53, sobre as prioridades políticas em que estes importantes temas são citados.</p> <p>Referencias adicionais podem ser encontradas em: Áreas Metropolitanas e Regiões Urbanas Funcionais: Quadro 1, Pontos 1 e 5, Parágrafos 34 e 53. Áreas Urbanas/Rurais: Parágrafos 34, 35 e 53 e Recomendação-Chave 7.</p>



	<p>Ecosistemas: Recomendação-Chave 6. Abordagem territorial e diferenciada: Parágrafos 33, 53 e 54.</p>
<p>A Finlândia apoia as seguintes prioridades de políticas mencionadas no Documento de Políticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Facilitação de políticas urbanas e governança em nível metropolitano. A coordenação intermunicipal tipicamente requer suporte de esferas mais altas de governo. Nos últimos anos, tem havido um notável crescimento na atenção dada aos benefícios encontrados na gestão de cidades como unidades econômicas funcionais, em vez de meras unidades administrativas. - Fortalecimento de interações entre áreas urbanas, periurbanas e rurais a fim de aumentar e estruturar as políticas públicas e as conexões ambientais, sociais e econômicas, promovendo, assim, relações funcionais entre áreas urbanas, periurbanas e rurais. - Reconhecimento das áreas rurais e do contínuo rural-urbano: áreas rurais devem ser reconhecidas como regiões funcionais urbanas (RFU), porém, a importância das ligações rurais vai além das RFUs. Políticas necessitam abordar esta questão, especialmente com respeito ao desenvolvimento de infraestrutura e gestão de sistemas ambientais (especialmente terra e água). - Promoção de uma abordagem territorial e diferenciada, considerando os princípios urbanos e territoriais fundamentais, tais como os constantes nas diretrizes Internacionais para Planejamento Urbano e Territorial. 	<p>Agradecemos pelos seus comentários.</p>

Alemanha

Comentários	Respostas aos Comentários	Providências
<p>A Alemanha gostaria de enfatizar as Políticas Urbanas Nacionais como requisitos centrais para o efetivo</p>		



fortalecimento de atores locais e para a implementação da Nova Agenda Urbana. Em adição à proposta, a Alemanha gostaria de sugerir:		
- Enfatizar condições propícias para governança local nas prioridades políticas.	Por favor, conferir os Parágrafos 33, 53, 63 e 81 para referências ao empoderamento de governos locais. Por favor, consultar os parágrafos 48, 85 e 86, que discutem a necessidade de um ambiente propício para a Política Urbana Nacional.	
- Promover claramente o princípio da subsidiariedade nas Políticas Urbanas Nacionais	Por favor, consulte os Parágrafos 87 e 92c.	
- Considerar as questões de segurança nas cidades, migrações internas e resiliência urbana.	Para referências a proteção e segurança nas cidades, por favor consultar o Quadro 1, Ponto 1, e Parágrafo 53. Por favor, consultar os parágrafos 43 e 53 e Recomendação-Chave 5 para discussões posteriores sobre resiliência. Por favor, consultar os Parágrafos 30 e 53 para considerações sobre migração e a Política Urbana Nacional.	
- Enfatizar a inclusão da população urbana pobre e das pessoas vulneráveis.	A questão da inclusão é considerada nos Parágrafos 29 e 53.	
- Explorar com profundidade as oportunidades para intercâmbio entre pares e o compartilhamento de conhecimento entre os países com PUNs e países que apenas recentemente começaram a desenvolver suas PUNs (conforme buscado pela Alemanha através de sua “Urbanização e Parcerias”)	O aprendizado/intercâmbio entre pares é considerado um elemento crítico e uma ferramenta essencial para a elaboração de políticas. Por favor, consultar os Parágrafos 52 e a Recomendação-Chave 8.	Deve-se dar maior consideração ao papel das organizações internacionais na facilitação do intercâmbio entre pares sobre a PUN. Governos Nacionais devem ser encorajados a explorar outros



		exemplos de desenvolvimento de PUNs, assim como a Alemanha tem feito através das “Parcerias de Urbanização”.
<p>- Políticas Urbanas Nacionais devem incluir medidas específicas de desenvolvimento de capacidades para solucionar desafios de gerenciamento urbano complexos. Recomendamos, assim, que seja considerada a sobreposição com a Unidade de Políticas nº 4. Adicionalmente, ligações com mecanismos financeiros são necessárias para permitir governos locais a agirem de acordo com seus mandatos. Recomendamos, assim, que seja considerada a sobreposição com a Unidade de Políticas nº5.</p>	<p>O desenvolvimento de capacidades é visto como um elemento crítico para a elaboração e a implementação de políticas. Por favor, consultar a Recomendação-Chave 8 a respeito da necessidade de soluções para questões de capacidade.</p> <p>Este comentário foi encaminhado às Unidades de Políticas nº4 e nº5.</p>	

Myanmar

Comentários	Respostas aos comentários
<p>· Recomenda-se maior reconhecimento do fato de que o desenvolvimento de uma Política Urbana Nacional é um processo inerentemente difícil, requerendo um alto nível de comprometimento (isto é, gabinete do presidente ou similar):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Funções e finanças urbanas divididas entre nacional, local e níveis intermediários do governo. - Funções urbanas divididas entre diferentes ministérios e departamentos, 	<p>Veja parágrafo 19 que se refere a complexidade dos problemas que a Política Urbana Nacional trata. A Política Urbana Nacional é reconhecida como um complexo esforço político no parágrafo 94.</p> <p>A importância de destacar a colaboração e a coordenação é devidamente considerada. Referir-se aos parágrafos 23, 52, 63, e 85 e a Recomendação Chave #7 para maior argumentação sobre fortalecimento da colaboração</p>



<p>em níveis diferentes e iguais.</p> <ul style="list-style-type: none">- Coordenação muito difícil desses atores: precisa-se de um mecanismo de coordenação extremamente eficiente e aceitação de todos os atores.- Dificuldade de comprometer toda a comunidade a uma política tão abstrata.- Desafio: em países sem um forte entendimento da “agenda urbana”, e o potencial desenvolvimento econômico e benefícios ambientais que a urbanização traz, “urbanização” pode ser vista como “planejamento urbano”. Existe a necessidade de desenvolver uma maior consciência da urbanização como uma tendência econômica e social que se cruza, ao invés do domínio do planejamento urbano e provisão de infraestrutura.	<p>por meio da Política Urbana Nacional. Nós temos nos esforçado para fortalecer as ideias de conectividade em termo de transporte, comunicação, sociedade, fluxo econômico etc. entre cidades nacionais, metropolitanas pequenas/intermediárias e áreas rurais. Veja os parágrafos 6, 34, 35 e 52 e a Recomendação Chave #7.</p> <p>Política Urbana Nacional é reconhecida como um processo em evolução no parágrafo 60.</p> <p>O comentário sobre a conscientização da urbanização é válida e relevante e espera-se que o processo Habitat III vá trabalhar para aumentar a consciência sobre a integração de natureza e urbanização. O valor da Política Urbana Nacional como uma ferramenta para aumentar a conscientização pode ser visto na Seção Cinco quando considera as conexões entre as Políticas Urbanas Nacionais e a Agenda 2030, parágrafo 98. Na Recomendação Chave #9, Política Urbana Nacional é também reconhecida como uma ferramenta que pode ser usada para promover ampla conscientização na integração de natureza e desenvolvimento.</p>
<p>Desafio: Desenvolvimento de uma Política Urbana Nacional, e particularmente o Monitoramento e Avaliação dessa implementação, pode requerer um investimento significativo de tempo e recursos de todos os atores envolvidos. Em países em desenvolvimento, isso pode ser um fardo tanto para a principal agência implementadora e outros envolvidos. Métodos eficientes e efetivos de formulação política e Monitoramento e Avaliação precisam ser desenvolvidos levando em consideração os recursos do contexto nacional, à luz de prioridades concorrentes.</p>	<p>Agradecemos o seu comentário. A formulação e monitoramento de uma Política Urbana Nacional deve ser feita tendo como base as prioridades e capacidades do país. Referir-se ao parágrafo 50 que destaca que o processo de priorização deve se basear em uma capacidade realística, entre outros. Veja a Seção Cinco, parágrafos 91 e 92 para sugestões sobre como projetar e implementar uma Política Urbana Nacional que pode ser adaptada considerando o contexto.</p> <p>Referência também pode ser feita ao parágrafo 66 que destaca que a</p>



	Política Urbana Nacional pode tomar diferentes tamanhos e formar para permitir sua aplicabilidade em diferentes contextos nacionais.
Prioridades chave: seção 2b fala que “embora, no passado, muitos domínios políticos eram sob jurisdições nacionais, agora a maioria das áreas de política doméstica é de responsabilidade compartilhada”. - Necessita reconhecimento que, embora esse seja o caso em vários contextos europeus e americanos, no sul global, muitos assuntos políticos ainda estão exclusivamente sob jurisdição nacional, o que prejudica o desenvolvimento de Políticas Urbanas Nacionais.	Ao longo do documento nós consideramos a importância de uma governança integrada e que, embora a Política Urbana Nacional atenda a nível nacional, deveria comprometer e incluir governos subnacionais como parceiros chave e partes interessadas. Referir-se ao parágrafo 53, 64 e 73.
Prioridade chave: a importância e as demandas de uma Política Urbana Nacional precisam ser claramente comunicadas às partes interessadas e agências de implementação, que podem estar sem consciência da razão ou intenção de uma Política Urbana Nacional.	Veja parágrafo 23 que fala sobre a necessidade de uma linguagem comum no desenvolvimento político. Referir-se ao parágrafo 51 e Recomendação Chave #9 que destaca a importância de uma estratégia em comunicação para Política Urbana Nacional. Veja também a Seção Quatro que foi escrita com a intenção analisar racionalmente que a Política Urbana Nacional é desenvolvida e definida pelo governo nacional e partes interessadas em um processo onde todos os atores devem ser efetivamente comprometidos, para que eles possam definir ativamente a agenda e compartilhar papéis e responsabilidades.
Lista de prioridades chave: Sugestão: Uma Política Nacional Urbana pode ajudar a definir ou esclarecer que o sistema de governança urbana inclui papéis, responsabilidade, objetivos e coordenação, já que isso não é especificado em uma constituição ou em outra legislação.	A importância de um Sistema de governança urbana forte é muito relevante. Veja parágrafo 75 que destaca a necessidades para um processo que inclui os papéis legislativos e judiciário e a necessidade de construir uma consciência em diferentes esferas no parágrafo83 e parágrafo 91 que considera o entendimento do contexto de Política Urbana Nacional.
Lista de prioridades chave: Sugestão: Reforçar ponto 8 (apoiando ações das cidades para sustentabilidade ambiental): uma Política Nacional Urbana pode	Veja parágrafo 43 que destaca o papel da Política Urbana Nacional e adaptação, resiliência e a agenda verde.



demonstrar uma série de princípios abrangentes para o desenvolvimento urbano – isto é, cidades deveriam desenvolver-se para garantir sustentabilidade social, econômica e ambiental; cidades deveriam ser justas; cidades deveriam se desenvolver de um modo que encorajasse o desenvolvimento da economia local, uso de transporte público, etc.	
---	--

Japão

Comentários	Respostas aos comentários
1. Ciar estratégia espacial territorial/regional para lidar com a rápida urbanização em vários países, recente desigualdade econômica entre cidades e áreas rurais é um dos aspectos que estão induzindo o êxodo rural e assim promovendo a rápida urbanização. Consequentemente, a rápida urbanização precisa ser entendida como um problema de âmbito nacional e também um problema às cidades. Política Nacional Urbana discutida na Unidade de Políticas nº3 necessita abranger não apenas a melhora do ambiente urbano, mas também a preparação e implementação de planejamento em um nível nacional e regional. A fim de apoiar os governos e os governos subnacionais a preparar e implementar tais estratégias, criando uma plataforma para coletar e trocar conhecimento e experiências de estratégias espaciais com a divulgação das “Diretrizes Internacionais para Planejamento Urbano e Territorial” preparado pela ONU-HABITAT será uma das ações chave.	Veja parágrafo 32 e 33 sobre planejamento territorial. Veja parágrafo 53 sobre o uso de uma abordagem territorial e diferenciada.
2. Promovendo investimento de qualidade em infraestrutura para fazer uma sociedade inclusiva, segura, resiliente, sustentável e conveniente.	Referir-se aos parágrafos 41 e 42.



<p>Investimento de qualidade em infraestrutura é essencial para o desenvolvimento urbano sustentável, além de ser relacionado positivamente ao alcance de objetivos sócias, econômicos e políticos, e especialmente contribuir para o Objetivo 9 e Objetivo 11 dos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”.</p> <p>Por causa da importância de um investimento de qualidade em infraestrutura para o desenvolvimento urbano sustentável, é altamente recomendável que investimento de qualidade em infraestrutura deve ser incluído na Agenda Urbana para a Habitat III.</p>	
<p>4. Criando estratégias para cidades em contração</p> <p>A Nova Agenda Urbana é requerida a encontrar as necessidades de diferentes circunstâncias pelas cidades, nomeadas cidades em desenvolvimento, cidades desenvolvidas e cidade em contração. Enquanto muitas cidades no mundo estão crescendo rapidamente, mais cidades estão com previsão de encolher. Uma estratégia é necessária tanto para cidades em contração quanto para cidades em crescimento. Em cidades em contração um dos desafios mais significantes será como manter as funções urbanas necessárias para as atividades em negócios assim como para a vida das pessoas no dia a dia. Um conceito de estratégia fundamental para manter tais funções é uma “Abordagem compacta e Conectada” em que regiões e cidades se mantêm compactadas e ligadas através de redes para manter acessibilidade. Japão, como um país enfrentando rápida despovoação e envelhecimento, está pronto para prover nosso conhecimento e experiências em como lidar com as cidades que estão encolhendo.</p>	<p>A importância de a Política Urbana Nacional ser relevante para todo o contexto de urbanização é devidamente considerada. Referir-se aos parágrafos 12 e 18 que fazem referência às cidades em contração e parágrafo 18 que se refere tanto ao aumento da população quanto a sua diminuição.</p>



Noruega

Comentários	Resposta aos Comentários
O governo da Noruega concorda que as Políticas Urbanas Nacionais deveriam ajudar a alinhar políticas setoriais que afetam áreas urbanas, e desenvolver um ambiente institucional propício.	
A Noruega também concorda que a urbanização apresenta desafios assim como oportunidades, e que a legislação em nível nacional, regional e local deve apoiar o governo local em seus esforços em criar cidades sustentáveis. Isso também é um dever para a finança municipal.	
A Noruega não concorda com “Urbanização é um fenômeno global que está crescendo, e está tendo um efeito particularmente dramático na paisagem de todos os países”. Entretanto, Noruega concorda que há uma diferença nos desafios entre as cidades em grande parte dos países europeus e norte-americanos e naqueles em desenvolvimento e emergentes.	Agradecemos o seu comentário. Nós gostaríamos de pedir uns esclarecimentos adicional sobre particularmente em qual parte da declaração não há a concordância. A Unidade de Políticas tem tentado diferenciar entre os diferentes desafios que os países estão enfrentando - aumento/diminuição da população urbana, cidade em contração, urbanização rápida, etc. Referir-se ao parágrafo 18.
A Noruega participou produzindo as Diretrizes Internacionais para Planejamento Urbano e Territorial e gostaria de promover essas diretrizes como um bom marco em criar Políticas Urbanas Nacionais, o que também foi feito neste documento.	
A Noruega apoia o foco em fortalecer parcerias com as organizações da sociedade civil, incluindo organizações de jovens e mulheres.	
Prioridades	
Parágrafo 1, A1 no Documento Temático 5: Regras e Regulamentações Urbanas	O comentário de que a formulação e monitoramento da Política Urbana Nacional deverias ser feita com base nas prioridades e capacidades do país,



<p>A Noruega recomenda um processo substancial a fim de implementar uma Política Urbana Nacional. Nós temos o receio de que a quantidade de esforço que essas três ações estão propondo podem ser muito para países com poucos recursos e/ou países menos desenvolvidos.</p>	<p>é considerado. Referir-se ao parágrafo 50 que destaca que o processo de priorização deveria ser baseado em uma capacidade realista, entre outros. Veja Seção Cinco, parágrafo 91 e 92 para sugestões sobre como projetar e implementar uma Política Urbana Nacional que pode ser adaptada levando em consideração o contexto.</p>
<p>O parágrafo 1 também fala de Lei Urbana. A Noruega gostaria de enfatizar que a legislação nacional frequentemente aplica-se a fronteiras administrativas e não aos limites das cidades. Essas fronteiras administrativas podem incluir uma cidade e sua região suburbana e rural, às vezes essas fronteiras administrativas incluem mais de uma cidade. A Noruega reconhece a importância de uma legislação adequada, mas sugere que isso seja levado em consideração no processo que se seguirá.</p>	<p>Esse comentário foi considerado na elaboração do documento final Referir-se à Recomendação Chave #2 que discute a necessidade de um marco legal adequado. Veja parágrafo 91b que discute a necessidade de mapear marcos legais existentes antes de empreender o processo de Política Urbana Nacional, incluindo suas barreiras administrativas.</p>
<p>A Noruega apoia os pontos cruciais listados no Documentos Temático 6: Governança Urbana.</p>	
<p>O ponto importante nº 1 retirado do Documento Temático 7: Finanças Municipais, relata que “frequentemente a capacidade da finança municipal é fortemente ligada à reforma do governo”. A Noruega acredita que esse é um postulado bastante forte e que poderia ser matizado. A Noruega apoia o restante dos pontos importantes retirados do Documento Temático 7.</p>	<p>Esse comentário foi considerado no rascunho do documento final e é tratado no Documento de Políticas nº5 (Finanças e sistema fiscal municipais).</p>
<p>Documento Temático 9: Terra Urbana: A Noruega apoia a necessidade de controlar a expansão urbana e proteger áreas sensíveis levando a sustentabilidade em consideração.</p>	
<p>Documento Temático 10: Ligação Urbana-Rural. A Noruega gostaria de se referir novamente às “Diretrizes Internacionais para Planejamento Urbano e Territorial”.</p>	
<p>A Noruega sugere adicionar texto sobre aspectos</p>	<p>Referir-se ao parágrafo 44, 53 e 98 onde a poluição do ar e emissões de</p>



<p>ambientais/desenvolvimento verde, em adição aos aspectos do Documento Temático 15 resiliência. O texto se concentra em mudança climática, e nós admiramos o fato do assunto ter sido incluído, e que a mitigação e adaptação foram mencionados. Entretanto, é importante incluir também outros desafios ambientais, como poluição do ar. A divisão entre políticas nacionais e urbanas sobre a poluição citada deveria ser discutida, frequentemente existem políticas nacionais adequadas, mas as urbanas também são necessárias para que o problema seja resolvido (por exemplo, no caso de emergências quando os níveis estão perigosamente altos). Um ambiente urbano atrativo e funcional é importante para o bem-estar e saúde públicos. Fácil acesso a serviços frequentemente necessários, ar limpo e arredores seguros e acolhedores são importante a todos os habitantes de uma cidade.</p>	<p>carbono são destacadas como prioridades. A importância de um ambiente urbano atrativo e funcional é considerado no parágrafo 36 sobre Espaço Público/Civil a parágrafos 45-47 sobre Planejamento Urbano.</p>
<p>Documento Temático 19, página 8: transporte e mobilidade. É importante também abordar esse tema no contexto da política ambiental. Aspectos sobre poluição e mudança climática são importantes quando as políticas urbana e de transportes são projetadas. Padrões de desenvolvimentos urbano compactos são necessários para ser possível fornecer transporte público eficiente e encorajar mais pessoa a caminhar e fazer uso da bicicleta. Promover um desenvolvimento urbano compacto é importante para a política climática e melhora a qualidade do ar e a saúde da população. As “Diretrizes Internacionais para Planejamento Urbano e Territorial” são relevantes aqui também.</p>	
<p>Sobre os objetivos e alvos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável onde as Políticas Urbanas Nacionais são importantes, Objetivo 3 é sobre Saúde, mas aqui ele diz Gênero, que é o Objetivo 5. Nós acreditamos que</p>	<p>O erro foi corrigido e o Objetivo 3 adicionado.</p>



saúde deveria ser adicionado, incluindo objetivo 3.9 sobre poluição, que é importante, por exemplo a poluição do ar é um grande desafio para as cidades.	
Desafios	
a.2. Desacordos/controvérsias Nº1: A Noruega concorda com o ponto de vista que a urbanização também representa oportunidades e aumenta a prosperidade, produtividade e bem-estar. Nós concordamos que uma Política Urbana Nacional que reconhece isso e captura as oportunidades, é um ingrediente crucial para se construir cidades que sejam sustentáveis, produtivas, habitáveis e inclusivas.	
Nº6 Equilibrar abordagens. A Noruega concorda que a Política Urbana Nacional deve ser desenvolvida por meio de cooperação, diálogo, participação institucionalizada e respeito mútuo. Conhecer e reconhecer a necessidade, aspirações e pautas reais de uma diversidade de pessoas, organizações e municipalidade locais é crucial para o entendimento mútuo e aceitação da Política Urbana Nacional.	
Em geral, a Noruega concorda com os principais critérios identificados para definir as prioridades políticas. Nós gostaríamos, entretanto, de sugerir que o processo em que as prioridades são identificadas fosse diferenciado. Nós não recomendaríamos que todos os países devam ser submetidos ao mesmo vasto processo, já que muitos países já possuem uma Política Urbana Nacional.	Comentário considerado. Referir-se ao parágrafo 50.
Critério nº4 afirma que definir prioridades políticas deveria levar em consideração à capacidade financeira realista e legislativa.	Esta sugestão foi considerada na Seção Quatro sobre a construção de instituições e capacidade institucional. Também, como observado acima, o Grupo de Peritos gostaria de enfatizar que a formulação e o monitoramento da Política Urbana Nacional deveriam ser feitos com base nas prioridades e



	capacidades do país. Referir-se ao parágrafo 50 que destaca que o processo de priorização deveria ser baseado na capacidade realística, entre outros. veja Seção Cinco, parágrafos 91 e 92 para sugestões sobre como projetar e implementar uma Política Urbana Nacional que possa se adaptar ao contexto.
A Noruega concorda com a lista de transformações chave.	
A Noruega apoia a lista de prioridade chave, e sugere que a lista seja incluída no sumário/introdução na página 3. Nós apoiamos fortemente que a declaração de que a Política Urbana Nacional é altamente dependente do contexto e que precisará variar de acordo com as circunstâncias. Nós apoiamos especialmente o nº6 onde as Diretrizes Internacionais são promovidas, e nº7 onde a proteção e segurança das crianças são mencionadas entre os diferentes grupos vulneráveis da população.	
A Noruega apoia a ideia de que uma Política Urbana Nacional que declara a sustentabilidade como sua essência pode ser uma importante ferramenta para o governo apoiar as cidades em seus esforços em adaptação e mitigação afim de garantir que as cidades permaneçam habitáveis e resilientes enquanto encaram os impactos da mudança climática e outras ameaças ambientais.	
Lista de outros indicadores, aqui sugerimos adicionar indicadores sobre ameaças ambientais, por exemplo níveis de poluição do ar, que são relevantes para três dos alvos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. (3.9, 7.1 e 11.6).	Referir-se ao parágrafo 96 que destaca a resiliência à mudança climática com um indicador e Tabela 1 que mostra o objetos e alvos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com ligações a Política Urbana Nacional.
Implementação	
Aqui sugerimos mencionar a desenvolvimento/criação de uma visão verde como um tópico específico, ao invés da menção no ponto 3.	Referir-se aos parágrafos 43 e 44 e Recomendação Chave #5.



<p>Ligações com a Agenda 2030/Acordo de Paris, nós sugerimos adicionar oportunidades de poluição do ar em adição aos aspectos sobre mudança climática. Existem três alvos da Agenda 2030 sobre poluição do ar, que são relevantes para as cidades.</p>	<p>Veja parágrafo 98.</p>
--	---------------------------

Estados Unidos da América

Comentários	Respostas aos comentários
<p>Apoio</p> <ul style="list-style-type: none">• Embora os EUA não tenham uma política urbana nacional, nós apoiamos a abordagem completa e multidimensional para desenvolver políticas urbanas, municipais, metropolitanas e regionais - e a necessidade de uma forte política rural e interligações entre o espaço urbano e rural - para garantir comunidades inclusivas, equitativa, sustentável e resiliente para todos.• Os EUA apoiam esforços colaborativos com lideranças locais que unam interesses diferentes das muitas municipalidades em uma região para determinar qual o melhor modo de atingir os investimentos em moradia, economia, desenvolvimento de mão de obra e infraestrutura para criar mais vagas de emprego e atividade econômica regional.• Em nível nacional, os EUA apoiam que a coordenação seja feita com a interação das agências federais por meio de princípios que incorporem os de habitação no capital dos programas de financiamento, políticas e futuras propostas legislativas, que são:<ol style="list-style-type: none">1. Fornecer mais opções de transporte: desenvolver opções de transporte seguras, confiáveis e econômicas para diminuir o custo das famílias com	<p>Obrigado por seus comentários e nós nos esforçamos para incluir o etos desses comentários no documento e com o fortalecimento de algumas dessas prioridades ao longo do documento, particularmente sobre moradia e comunidades.</p>



transporte, reduzir nossa dependência no petróleo estrangeiro, melhorar a qualidade do ar, reduzir emissões de gases do efeito estufa e promover a saúde pública.

2. Promover moradia acessível e equitativa: expandir opções de moradia que sejam energética e localmente eficientes para pessoas de todas as idades, rendimentos, raças e etnias para aumentar a mobilidade e abaixar o custo da combinação moradia/transporte.

3. Aumentar a competitividade econômica: melhorar a competitividade econômica por meio de acesso confiável e oportuno aos centros de emprego, oportunidades educacionais, serviços e outras necessidades básicas dos trabalhadores bem como expandir o acesso de empresas aos mercados.

4. Apoiar comunidades existentes: alcançar financiamento federal a favor de comunidades existentes - por meio de estratégias como orientação de trânsito, desenvolvimento de uso misto e reciclagem de terras - para aumentar a revitalização da comunidade, melhorar a eficiência dos investimentos em obras públicas, e proteger o ambiente rural.

5. Coordenar políticas e investimentos de alavancagem: alinhar políticas e financiamentos federais para remover barreiras à colaboração, financiamento de alavancagem e aumentar a responsabilidade e efetividade de todos os níveis de governo para planejar o crescimento futuro, incluindo escolhas inteligentes energeticamente, como energia renovável gerada localmente.

6. Valorizar comunidades e bairros: realçar as características únicas de todas as comunidades investindo em bairros-rurais, urbanos e suburbanos-saudáveis, seguros e transitáveis.



Lacunas/Recomendações Pág. 14: “Objetivo 3: Gênero” deveria ser “Objetivo 5: Gênero”.	O erro foi corrigido.
Pág. 14: adicional relacionado a objetivos e alvos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável também deveria incluir Objetivo 3: Saúde-, 3.6: fatalidades nas estradas, 3.8: acesso a cobertura de saúde universal, 3.9: químicos perigosos e poluição e contaminação do ar, água e solo.	Objetivo 3 foi adicionado.
Pág. 14: adicional relacionado a objetivos e alvos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável também deveria incluir Objetivo 14: Oceanos, 14.1: poluição marinha e 14.5: preservar áreas costeiras.	Objetivo 14 foi adicionado.
Pág. 18-20: existe um certo grau de sobreposição entre “transformações” permitido pelas Políticas Urbanas Nacionais e “prioridades chave”. Por exemplo, aprimorar o ambiente de negócio (pg18) deveria ser uma prioridade para atingir a transformação em investimento potencial.	Agradecemos por seu comentário, nós nos esforçamos para lidar com isso no documento de políticas.
Pág. 19: Políticas Urbanas Nacionais também podem facilitar o compartilhamento de conhecimento entre cidades de um país, e também entre países para promover inovação na abordagem dos desafios urbanos.	Aprendizagem entre pares é considerada um elemento chave e uma ferramenta para projetar uma política. Veja parágrafo 52 e Recomendação Chave #8.
Pág. 19: Políticas Urbanas Nacionais também podem promover a padronização, coleção e utilização de ciência, tecnologia e utilização.	Veja parágrafo 25 onde existe uma referência às cidades inteligentes parágrafo 51 e Recomendação Chave #10 que destaca a necessidade de dados urbanos fortes.
Pág. 21: lista de metas deveria ser estendida para 2036, para o fim de uma agenda de 20 anos.	As metas fazem referência ao acompanhamento da Agenda 2030.
Pág. 23: recursos financeiros podem incluir não só o mapeamento do fluxo existente, mas mobilizar recursos domésticos adicionais para aumentar o financiamento para a Política Urbana Nacional.	Veja Seção Cinco parágrafo 95 e o documento de políticas da Unidade de Políticas nº5 sobre Finanças e Sistema Fiscal Municipais.



Habitat International Coalition

Comentários	Respostas aos comentários
<p>1. Esse documento não inclui menção aos compromissos da Habitat II nem à estrutura e instrumentos obrigatórios dos direitos humanos internacionais/ONU; ou à referência de outro Documento de Políticas (alguns outros documentos fazem menção).</p>	<p>Agradecemos por seu comentário. Isso não foi entendido com parte da missão da Unidade de Políticas, embora seja reconhecido que isso é um exercício importante.</p>
<p>2. Por outro lado, é o único documento que realmente inclui revisão de alguma recomendação chave que surge na maior parte do Documento Temático (exceto #4 sobre Cultura e Patrimônio Urbano), #8 sobre Planejamento e Desenho e Planejamento Urbano e Espacial, #13 sobre Empregos e Subsistência, #16 sobre Ecossistemas Urbanos e Gestão de Recursos, #17 sobre Cidades, Mudanças Climáticas e a Gestão de Riscos de Desastres e #22 sobre Assentamento Informais - por que?) e suas ligações com as Políticas Urbanas Nacionais - ênfase particular está no Documento Temático 5, 6 e 7 porque eles “foram destacados pelo Secretariado da Habitat III como sendo particularmente pertinentes para a Unidade de Políticas nº3”. Esse fato também levanta sérias questões sobre o relacionamento entre a Unidade de Políticas e o Secretariado da Habitat III - qual são seus níveis de autonomia? Como irão tratar o resultado de seus trabalhos? Isso inclui algumas questões/critérios: reconhecimento de informalidade, colaboração rural/urbana, planejamento intersectorial, coordenação entre diferentes níveis (deveriam ser trocados por “esferas”) de governos, parceria e colaboração com comunidades, “governos nacionais devem se comprometer com as reais necessidades, aspirações e agendas das pessoas em lugares específicos, etc.; mas esses fatos estão misturados com muitos outros fatos relacionados a uma abordagem mais tecnocrática – menciona-se até a necessidade de “um componente</p>	<p>No documento, nós abordamos a questão de assentamentos informais e informalidade nos Parágrafos 39 e 40.</p> <p>A terra é reconhecida como um desafio e prioridade para a Política Urbana Nacional nos Parágrafos 31, 52 e 53. Veja também o Documento de Políticas da Unidade de Políticas nº6, Estratégias Territoriais Urbanas, que lida com questões da terra.</p>



<p>tecnocrático/especialista forte”. Faltando totalmente a menção da necessidade de uma Política de Terras como uma recomendação chave de qualquer Política Urbana Nacional.</p>	
<p>Desafios e prioridades</p> <p>1. Mais uma vez, não houve análise (ou até mesmo menção!) da raiz das causas do processo de urbanização, mas sim, a repetição de um mantra bem conhecido sobre “seu potencial de aumentar a prosperidade, produtividade e bem-estar” e uma acusação bem simplista da “visão limitada” que enxerga isso “principalmente como uma fonte de problemas”. Isso é particularmente chocante e na verdade contra produtivo à abordagem e conteúdo desse documento, que fala fortemente sobre a necessidade de uma Política Urbana Nacional. Se a urbanização é apresentada como um tipo de força natural inevitável ou uma tendência sobre-humana que nós simplesmente precisamos nos conformar e nos adaptar, então há/haverá pouco espaço para o controle humano/racional sobre ela, desse modo qual seria o objetivo de se desenvolver uma Política Urbana Nacional?</p>	<p>Uma análise sobre a raiz das causas da urbanização não estava dentro da ordem da Unidade de Políticas. Em termo do processo de urbanização, mesmo se a urbanização já estiver acontecendo de todo modo, pode ser melhor gerenciada por meio de ferramentas/processos como a Política Urbana Nacional.</p>
<p>2. Quando identificando discordâncias/controvérsias (a.2) o documento faz uma observação forte sobre a necessidade das Políticas Urbanas Nacionais como “um ingrediente crucial para se construir cidade que sejam sustentáveis, produtivas, habitáveis e inclusivas”, como um resultado do “equilíbrio de elementos descendentes e ascendentes”, incluindo a “junção das corretas (!) partes interessadas (governamentais e não governamentais) assim como a habilidade certa (!)”; visão de longo prazo, mas ao mesmo tempo precisa ser flexível para se mudar/adaptar (objetivos de médio prazo e política de ação orientada); prestando atenção à delicada tensão entre identificar prioridades e integrar/alinhar políticas através setores/níveis.</p>	<p>Referir-se ao Parágrafo 94 sobre desenvolvimento iterativo de políticas.</p>
<p>3. Também enfatiza a necessidade de entender o alcance de uma Política Urbana</p>	<p>Nós temos nos esforçado para fortalecer as ideias de colaboração</p>



<p>Nacional não apenas como planejamento urbano físico, mas enxergar outras políticas que têm grandes implicações para cidades por meio de ‘lentes urbanas’ - isso certamente é fundamental, e deixará muito mais evidente a necessidade de uma abordagem territorial e integral. Esse fato também está relacionado com a “necessidade de empreender mapeamento institucional e político” afim de fornecer grande coerência (muitos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico tem 8 ministérios, departamentos em nível nacional ou agências com funções de política urbana).</p>	<p>entre cidades nacionais, metropolitanas, pequenas e médias, municípios e áreas rurais. Referir-se aos parágrafos 23, 52, 63 e 85 e Recomendação chave #7 para mais informações sobre o fortalecimento da colaboração por meio de uma Política Urbana Nacional.</p> <p>Nós temos nos esforçado para fortalecer as ideias de conectividade em termos de transporte, comunicação, sociedade, fluxo econômico, etc., entre cidades nacionais, metropolitanas, pequenas e médias, municípios e áreas rurais. Referir-se aos parágrafos 6, 34, 35 e 52 e recomendação chave #7.</p> <p>Veja parágrafo 53 sobre o uso de uma abordagem territorial e diferenciada.</p>
<p>4. Embora seja óbvio para a maioria dos atores/setores, é certamente positivo o entendimento de uma Política Urbana Nacional como um “processo” e não apenas como um “produto”; e ao mesmo tempo como um “processo técnico e político” - mas o último deveria ser primeiro (por razões óbvias). Os documentos destacam isso mais de uma vez, afim de “ter legitimidade e ser implementado com sucesso, um grande número de atores públicos e privados de todos os níveis deveriam se envolver no desenvolvimento, implementação, e Monitoramento e Avaliação de uma Política Urbana Nacional e devem acreditar que o processo político é aberto, justo e transparente”. Diversas menções também estão incluídas sobre a necessidade que articular governos subnacionais e locais (responsabilidades/ poderes/ recursos).</p>	
<p>5. Esse documento faz uma forte conexão entre a Política Urbana Nacional e os</p>	



<p>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: “Política Urbana Nacional serve como instrumento chave para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em particular o Objetivo 11 sobre Cidades, Objetivo 6 sobre Saneamento e Objetivo 8 sobre desenvolvimento Econômico”. Além disso (sob a seção “prioridades”) a conexão entre os dois é mais forte: “Políticas Urbanas Nacionais constituem uma parte importante de qualquer tentativa séria de implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, não apenas o Objetivo 11... A maioria dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável possuem dimensões urbanas evidentes “ (a propósito, não só urbanas, mas territoriais) ” e não podem ser percebidos sem tratar o que acontece nas cidades. ” (b.1, pp.17-18). O documento inclui uma lista útil, porém limitada, de temas/questões chave ligadas a Política Urbana Nacional em cada Objetivo (d.1, p.14).</p>	
<p>6. A pequena lista de indicadores possíveis ou critérios chave para uma Política Urbana Nacional inclui as menções mais ou menos clássicas ao uso da terra, sistemas efetivos de governança urbana, produtividade e conectividade... Mas não faz menção à nenhum compromisso com direitos humanos e outros (Agenda Habitat) - isto é, necessidade de rastrear a redistribuição/ acesso/ segurança das terras de posse, despejos, lotes e prédio vagos/vazios, reconhecer e apoiar SPH, mensurar os impactos negativos do “desenvolvimento”, etc.</p>	<p>Veja Recomendação Chave #1 que recomenda base normativa de uma Política Urbana Nacional que deveria ainda refletir acordos internacionais existentes incluindo a Declaração universal dos Direitos Humanos.</p>
<p>7. Também enfatiza a necessidade de uma “estratégia de comunicação forte” e um “diálogo inclusivo visando estabelecer um consenso” - mas isso é apresentado de uma forma muito limitada para “introduzir os processos e convidar todos a se envolver” sem mencionar outro critério/condição relevante para participação real no processo de tomada de decisão e a necessidade de um espaço permanente/institucionalizado - regras claras, visando oferecer oportunidades iguais para diferentes atores, etc.</p>	<p>Referir-se aos parágrafos 23, 52, 63 e 85 e Recomendação Chave #7 para uma maior discussão sobre o fortalecimento da colaboração por meio da Política Urbana Nacional.</p> <p>Veja parágrafo 53 que sugere a necessidade da priorização da institucionalização de mecanismos de colaboração, como conselhos, comissões, grupos de trabalho, painéis intergovernamentais, etc.</p>



	Veja parágrafos 85 e 86 que considera a criação de ambientes favoráveis para uma da Política Urbana Nacional.
8. É certamente surpreendente que o leitor precisa esperar até pág. 18 para realmente saber que “melhorar a qualidade de vida é o objetivo final” de qualquer Política Pública Nacional - não há menção à “dignidade humana” ou direitos humanos. Igualmente chocante, sob a lista de prioridades chave: “promover oportunidades equitativas nas cidades, tratando a pobreza urbana, segregação e desigualdade” #4; “considerar proteção e segurança” #7; “apoiar ações das cidades em sustentabilidade ambiental” é #8 dos 10 - enquanto “estruturar o sistema urbano e conectividade entre cidades e “facilitar políticas e governança urbanas em uma escala metropolitana” vieram antes na lista. Reconhecimento importante sobre colaboração rural/urbana, mas um pouco repetitivo e desconectados em #3 e #5.	Veja Recomendação Chave #1 que recomenda base normativa de uma Política Urbana Nacional que deveria ainda refletir acordos internacionais existentes incluindo a Declaração universal dos Direitos Humanos. Recomendação Chave #6 também destaca o papel da Política Urbana Nacional em salvaguardar os interesses e direitos de gerações atuais e futuras.
9. Inclui uma lista de alvos (p.21) relacionados ao número de países desenvolvendo/implementando/ monitorando uma Política Urbana Nacional em 2020, 2025 e 2030, mas sem menção à metodologia e conteúdos essenciais - incluindo mecanismos de participação das partes interessadas no processo de desenvolvimento de uma Política Urbana Nacional; deveria também qualificar essa participação e adicioná-la à implementação e monitoramento dos processos também.	Veja Seção 5 sobre sugestões de desenvolvimento e implementação da Política Urbana Nacional e parágrafo 53 sobre a institucionalização da participação.
Implementação b. Recursos financeiros Menção ao “mecanismo de captura de valor e distribuição” sem maiores detalhes. Falta de reconhecimento das contribuições das pessoas e comunidades à atual/potencial implementação de planos e políticas urbanas - novamente, promover “uma paridade de poder de compra melhorada” sem mencionar os	A importância de comunidades é discutida no Quadro 1, Ponto 3 e parágrafo 72. Mecanismos financeiros para a Política Urbana Nacional são tratados no parágrafo 95, mas com mais detalhes na Unidade de Políticas nº5, Finanças e Sistema Fiscal Municipais.



atores sociais.	
<p>c.2 Mecanismos de monitoramento</p> <p>“Monitoramento de resultados pode ser ligado ao sistema de comunicação dos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” - deveria?! “nesse contexto, as partes interessadas podem ter um papel importante monitorando o impacto de uma Política Urbana Nacional” - deveriam!</p>	<p>Detalhe aceito e linguagem será alterada no documento de políticas.</p>

Helpage International

Comentários	Resposta aos Comentários
<p>COMENTÁRIOS GERAIS SOBRE TODOS OS ARCABOUÇOS DA UNIDADE DE POLÍTICAS</p> <p>Cidades inclusivas: Signatários acolhem a chamada para todas as cidades inclusivas que reconhecem primazia dos direitos e bem-estar dos residentes sobre os interesses econômicos privados e a esmagadora mercantilização da cidade. Como um número crescente do envelhecimento das pessoas em um ambiente urbano, as cidades devem responder com políticas e abordagens que protejam e promovam nossos direitos ao longo de nossas vidas incluindo quando alcançarmos uma idade mais avançada. Isso requer consciência das tendências demográficas que estão impactando cidades incluindo a realidade do rápido envelhecimento da população urbana. Uma perspectiva social nas ruas, espaços públicos, moradia e infraestrutura exige que criemos comunidades e ambientes inclusivos e apoiadores que encorajam vida saudável, interação social e intergeracional, acesso a uma diversidade flexível de oportunidades de geração de renda e construir</p>	<p>Agradecemos por seu comentário e consideramos todos esses temas como relevantes e temos nos esforçado para incorpora-los ao documento de políticas.</p>



resiliência às mudanças climáticas e emergências.

Direitos coletivos para as cidades: A privatização e mercantilização esmagadoras do espaço público enfraquece os direitos coletivos para as cidades em detrimento daqueles que já são marginalizados devido à pobreza ou discriminação baseada no seu gênero, idade, origem étnica, sexualidade, incapacidade ou outras características. A desvalorização do modo de vida das pessoas mais velhas e sua participação na economia informal só marginaliza ainda mais as nossas vozes na tomada de decisão.

A cidade como uma construção social: A conceptualização da cidade não apenas como um espaço físico, mas também como uma construção social onde situam-se indivíduos em um contexto particular é bem-vindo.

Discriminação por causa da idade e outras formas sistemáticas de discriminação agem para marginalizar nossa participação, enfraquecer nossa presença e desafiar nosso direito para a cidade como um espaço físico e social enquanto ficamos mais velhos.

Espaços hostis: Como discutido nos documentos, cidades são frequentemente hostis com pessoas mais velhas e aquelas que vivem com alguma incapacidade, particularmente quando precisam usar transporte e espaços públicos. A solução para esse desafio deve ir além de simplesmente fornecer acesso físico a esses espaços, mas também desafiar aquelas regras e normas que priorizam interesses econômicos privados encorajam o fluxo de geração de poluição e oferecem risco a nossa proteção e segurança. Priorizando nossas ruas e espaços públicos para proteger e promover os



direitos de todos os residentes ao longo de suas vidas, sejam eles crianças, pessoas vivendo com incapacidades, pessoas mais velhas e adultos trabalhando ou não, requer uma redefinição do propósito da cidade.

Participação: Para entregar essas mudanças às nossas cidades, total participação e inclusão na tomada de decisão ao longo de nossa vida é vital. A realidade da rapidez no envelhecimento das populações urbanas apoia ainda mais a necessidade da participação significativa de pessoas mais velhas na participação na tomada de decisão para garantir que nossas cidades protejam e promovam todos os nossos direitos ao longo de nossas vidas até nossa idade avançada. Uma falha das autoridades locais e partes interessadas em tomar decisões inclusivas e responsáveis tem levado às cidades dominadas por interesses econômicos privados, geração de poluição, programas de regeneração mal gerenciados e problemáticos e espaços urbanos e ruas inóspitos. Moradores das cidades encaram múltiplas formas de discriminação, e seus impactos acumulam na idade avançada, e também nossas cidades, por meio do governo local, pessoas que tomam decisões políticas, planejadores e partes interessadas devem ter um papel positivo em proteger e promover nossos direitos.

Institute for Global Environmental Strategies

Comentários			Resposta aos Comentários



Seção	Número da Página	Comentários/Input	
a.2 Desacordos/Controvérsias	11	7. Desenhando a governança do processo de formular, implementar e monitorar uma Política Urbana Nacional: se a Política Urbana Nacional deve ter legitimidade e ser implementada com sucesso, um grande número de público (atores privados e civis) de todos os níveis que irão se envolver no desenvolvimento, implementação e monitoramento e avaliação de uma Política Urbana Nacional devem acreditar que o processo político é aberto, justo e transparente.	Referir-se à Seção Quatro em Principais Atores para a Ação.
d.2 Lista de outros indicadores a serem levados em consideração	15	Outros exemplos de indicadores: Emprego	Agradecemos por seu comentário.
b.2. Lista de prioridades	20	6. Promover uma abordagem territorial e diferenciada por [...] Particularmente, capacitar governos locais [e comunidades] por meio de planejamento [participativo] [...] 8. Apoiar ações das cidades para sustentabilidade ambiental, particularmente controlando a poluição [gerenciar desperdício] e mitigação [e] adaptação do clima.	Agradecemos pelo comentário. Nós destacamos a necessidade de uma abordagem territorial e diferenciada no parágrafo 53. Referir-se aos parágrafos 33, 53, 63, 81 para referência em capacitação de governos locais. Sustentabilidade ambiental é referenciada no parágrafo 43.
c. . Lista de fatores externos	20	Ambiente de mercado (ou seja, financiamento disponível para tecnologias).	A importância de melhorar o ambiente de negócios é mencionada no parágrafo 5.



Earth System Governance Project

Comentários	Respostas aos comentários
<p>O resumo da política fornece uma grande variedade de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relevantes. Entretanto, o Objetivo 14 não está listado. Ele refere-se à “Conservação e o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos”.</p> <p>. Entretanto, alvo 14.1 e 14.b também se refere à aspectos relevantes.</p> <p>- 14.1: até 2025, prevenir e reduzir de forma significativa a poluição marinha de todos os tipos, em particular as derivadas de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e poluição de nutrientes.</p> <p>- 14.b: Fornecer acesso aos pescadores artesanais de baixa escala à recursos marinhos e financeiros.</p> <p>Por tanto, o Objetivo 14 e os alvos listados acima deveriam ser incorporados no resumo político.</p>	<p>Objetivo 14 foi adicionado na lista de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relevantes e alvos.</p>

World Future Council

Comentários	Respostas aos comentários
<p>Análise:</p> <p>A estrutura do Documento de Políticas nº3 da Habitat III sobre Política Urbana Nacional assim como outras estruturas de Documentos de Políticas já reconhece a lacuna existente entre o modo de fazer política nacional e local e a falta de boa comunicação, coordenação e consistência entre esses dois níveis de governo. A inabilidade de atores locais terem uma voz formal em nível nacional é realmente um fator de limitação crítico para a transição efetiva rumo a um futuro urbano mais sustentável.</p>	



<p>Assim como descrito extensivamente na estrutura do Documento de Políticas nº3 da Habitat III, a criação de Políticas Urbanas Nacionais ajudaria a mitigar a fragmentação entre diferentes níveis de governo, a alinhar “políticas setoriais que afetam áreas urbanas”, e a desenvolver “um ambiente institucional habilitado”.</p>	
<p>Comentário: Na secção 3.a.1 da estrutura do Documento de Políticas nº3 da Habitat III, a recomendação nº3 sugere “Criar uma visão/estratégia nacional para políticas urbanas, com objetivos, metas, instituições responsáveis e mecanismos de implementação e monitoramento claros”. No entanto, maior ênfase deve ser dado à necessidade de criar uma comissão ou instituição específica para coordenar o desenvolvimento e implementação destas Políticas Urbanas Nacionais. O <i>World Future Council (WFC)</i> sugere, portanto, recomendar o estabelecimento das Comissões de Políticas Urbanas Nacionais (<i>NUPC</i> em inglês), incluindo este ponto como uma recomendação separada na lista. Tais comissões interministeriais seriam lideradas pelo governo nacional e ajudariam a colmatar incompatibilidades entre as legislações locais e nacionais e, conseqüentemente, ajudar na implementação eficaz e consistente de programas nacionais no contexto local (por exemplo, programas de sustentabilidade). As Comissões de Políticas Urbanas Nacionais seriam a plataforma institucional para o desenvolvimento, implementação e monitoramento das Políticas Nacionais Urbanas.</p>	<p>Agradecemos o comentário e a elaboração de um sumário institucional para guiar o processo da Política Urbana Nacional. A Unidade de Políticas acha que esse é um modo importante de atingir a institucionalização da participação da Política Urbana Nacional, que é fortemente recomendado ao longo do documento. Referir-se ao parágrafo 29 e o ponto final no parágrafo 53.</p>
<p>Adições sugeridas especificamente para o texto: Na Seção 3.a.1, o ponto a seguir deveria ser adicionado à lista de ações orientadas recomendadas:</p> <p>4. Criar Comissões de Política Urbana Nacional encarregadas de desenvolver, implementar e monitorar Políticas Urbanas Nacionais e desenvolver colaboração e comunicação coordenadas através dos departamentos e níveis de governo.</p> <p>Adições: Benefícios chave relacionados à criação de Comissões de Política Urbana Nacional incluem:</p> <ul style="list-style-type: none">- Melhorar a coordenação entre diversos níveis de governo, especialmente entre os níveis nacionais e municipais.- Melhorar a consistência entre os níveis de governo para assegurar a coerência entre diferentes políticas em particular	



<p>entre as nacionais, regionais e municipais.</p> <ul style="list-style-type: none">- Empoderar as autoridades locais para agir e fornecer o mandato político e os recursos financeiros apropriados para realizar as transformações necessária, em alinhamento com as prioridades e diretrizes nacionais e internacionais.- Fortalecer o comprometimento político para a urbanização sustentável e promover uma mobilização de todas as partes interessadas relevantes.- Fomentar a cooperação entre jurisdições e cidades através do país.- Criar uma visão nacional unificada para o desenvolvimento urbano.- Mitigar a visão de curto prazo da política criando um corpo que garante a continuidade ao longo de diferentes mandatos políticos e um comprometimento coerente, contínuo e de longo prazo para as cidades.- Reforçar o entendimento das questões urbanas e intervenções políticas urbanas necessárias.- Promover a capacitação necessária para permitir que governos e corpos administrativos possam trabalhar através departamento e níveis de governo.- Equilibrar o desenvolvimento através das áreas urbanas, perimetrais e rurais e fortalecer a ligação entre a primeira e a última. Equilibrar também a coordenação entre centros urbanos e áreas metropolitanas ao redor.- Assegurar a implementação adequada de políticas nacionais em nível local.- Supervisar o monitoramento e assegurar uma resposta apropriada é passado das cidades para o governo nacional a fim de realizar melhorar e mudanças políticas.	
<p>Exemplos de corpos governamentais existentes a cargo de coordenar políticas urbanas nacionais.</p> <ul style="list-style-type: none">- Ministro das Cidades e Meio Ambiente da Austrália http://theconversation.com/urban-policy-could-the-federal-government-finally-get-cities-7858 http://www.directory.gov.au/directory?ea0_lf99_120.&organizationalRole&845a_bec8-a7f2-4edc-a24f-b8886288b936- Ministro das Cidades do Reino Unido http://www.theworkfoundation.com/blog/517/UK-Minister-for-Cities https://www.gov.uk/government/ministers/minister-of-state-for-cabinet-office--2#previous-holders-of-this-role- Ministério das Cidades do Brasil https://en.wikipedia.org/wiki/Ministry_of_Cities <p>O relatório World Future Council destaca a falta de coordenação por todo os níveis de governo e a necessidade de guias de coordenação para a melhora na governança em vários níveis:</p>	



<p>- H. Girardet, S. Schurig, A. Leidreiter and F. Woo, “Em direção à Cidade Regenerativa,” World Future Council , Hamburg, 2013. http://www.worldfuturecouncil.org/fileadmin/user_upload/PDF/Towards_Regenerative_Cities_web_01.pdf</p> <p>- F. Woo, J. Wortmann, S. Schurig and A. Leidreiter, “Desenvolvimento Urbano Regenerativo: Um Mapa para a Cidade que Precisamos,” World Future Council, Hamburg, 2014. http://www.worldfuturecouncil.org/fileadmin/user_upload/PDF/WFC_Report_2014_Regenerative_Urban_Development_A_Roadmap_to_the_City_We_Need.pdf</p> <p>- World Future Council, “Imagine uma Cidade Regenerativa,” World Future Council, Hamburg, 2014. http://www.worldfuturecouncil.org/fileadmin/user_upload/Climate_and_Energy/Cities/Imagine_A_Regenerative_City_-_FCF_Report_2014_-_digital.pdf</p>	
--	--

Organização Internacional para Migração

A Unidade de Políticas nº3 gostaria de sinceramente agradecer a Organização Internacional para Migração pelos comentários extensivos e válidos. Veja parágrafo 30 que foi adicionado para ilustrar a importância dos desafios para a Migração, e parágrafo 53 que lista a Migração como uma Prioridade Chave para a Política Urbana Nacional.



REFERÊNCIAS

Aliança de Cidades (2013), Assessing the Institutional Environment of Local Governments in Africa, Brussels.

Aliança de Cidades (2014), Managing Systems of Secondary Cities: Policy Responses in International Development. Brussels.

DNP Colombia (2014), National Policy to consolidate the System of cities in Colombia. Colombia.
OECD (2012), Redefining Urban, OECD publishing, Paris.

OECD (2015), The Metropolitan Century: Understanding Urbanisation and its Consequences, OECD Publishing, Paris.

OECD (2014), OECD Regional Outlook 2014: Regions and Cities: Where Policies and People Meet, OECD Publishing, Paris.

OECD (2013). Rural-Urban Partnerships: An Integrated Approach to Economic Development, OECD publishing, Paris.

Turok Ivan (2015), Turning the tide? The emergence of national urban policies in Africa, Journal of Contemporary African Studies, 33:3, 348-369, DOI: 10.1080/02589001.2015.110 288

ONU-Habitat (2015), A Framework for a Rapid Diagnostic. UN-Habitat: Nairobi, Kenya.

ONU-Habitat (2015), A Guiding Framework: National Urban Policy. UN-Habitat: Nairobi, Kenya.

ONU-Habitat (2014), The International Guidelines on Urban and Territorial Planning. UN-Habitat: Nairobi, Kenya.

ONU-Habitat (2014a), State of African Cities Report, Nairobi.

ONU-Habitat and Cities Alliance (2014), The Evolution of National Urban Policies: A Global Overview, Nairobi.

Banco Mundial (2009), Reshaping the Economic Geography, World Development Report, Washington D.C.

Documento traduzido livremente por Amanda Souza e Silva, Ana Maria Macedo e Marina Ferreira através da plataforma UNV online (www.onlinevolunteering.org). Revisão técnica gentilmente realizada por Isis Camarão Antonucci, André Luiz Pinto (Fundação Roberto Marinho) e Anaclaudia Marinheiro Centeno Rossbach (Aliança de Cidades). Coordenação Laura Collazos, ONU-Habitat/ROLAC.

